



Plano de Gestão da Sustentabilidade dos Jogos Rio 2016™

Março 2013 - versão 1





Plano de Gestão
da Sustentabilidade
dos Jogos Rio 2016™

1	Introdução	4
2	Visão, missão e valores.....	6
3	A organização dos Jogos	8
4	Escopo	10
	4.1. Escopo do Plano de Gestão da Sustentabilidade	10
	4.2. Escopo deste documento.....	14
5	Planeta: pegada ambiental reduzida	17
	5.1. Transporte e Logística	19
	5.3. Conservação e recuperação ambiental.....	39
	5.4. Gestão de resíduos	51
6	Pessoas: Jogos para todos	58
	6.1. Envolvimento e conscientização	60
	6.2. Acessibilidade universal	64
	6.3. Diversidade e inclusão	70
7	Prosperidade: responsabilidade e transparência	74
	7.1. Cadeia de Suprimentos Sustentável.....	75
	7.1. Gestão e transparência	79
8	Considerações finais	85
	Anexo I.....	88
	Anexo II – Legislação brasileira sobre acessibilidade	89
	ANEXO III – Guia de Cadeia de Suprimentos Sustentável Rio 2016™	91

1 | Introdução

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™ marca a chegada do maior evento esportivo do planeta a um novo território. Pela primeira vez na história, as competições serão realizadas na América do Sul. No cenário único e privilegiado do Rio de Janeiro, espera-se uma edição histórica dos Jogos, com a participação de aproximadamente 15 mil atletas de mais de 200 países.

O projeto técnico dos Jogos Rio 2016™ contempla a realização de competições em quatro regiões – Copacabana, Barra, Maracanã e Deodoro – e é compatível com o plano de desenvolvimento da cidade. Muitos dos avanços urbanos que já estão sendo vividos são impulsionados pelos Jogos, que atuam como força motriz de mudanças que alcançam o Rio e todo Brasil.

A organização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos é liderada pelo Comitê Rio 2016™, envolve procedimentos de enorme complexidade e números colossais. Somados os períodos de realização dos eventos Olímpicos e Paralímpicos, serão seis semanas de competição, com expectativa de distribuição de aproximadamente 300 medalhas. A força de trabalho mobilizada para os Jogos deve ser superior a 100 mil pessoas, a maioria voluntários.

O propósito é entregar Jogos excelentes, com celebrações memoráveis que irão promover a imagem global do Brasil, baseados em transformação sustentável por meio do esporte no âmbito social e urbano, contribuindo para o crescimento dos Movimentos Olímpico e Paralímpico.

Para alcançar a transformação sustentável proposta na candidatura carioca à sede Olímpica e Paralímpica, foram assumidos compromissos que visam integrar critérios de sustentabilidade em todo o ciclo de gestão dos Jogos, desde a concepção e planejamento até as atividades de implementação, revisão e pós-evento. Os princípios que regem esta integração são: responsabilidade, inclusão, integridade e transparência.

A meta não é apenas atingir níveis de excelência na organização dos Jogos, mas também demonstrar liderança no estabelecimento de novos padrões de gestão da sustentabilidade em eventos no Brasil e na região vizinha.

Considerando que na área de sustentabilidade existe uma evolução constante à medida que novas tecnologias e métodos de trabalho são desenvolvidos, o que se pretende é desenvolver um trabalho que avance constantemente e assegure o atendimento à legislação brasileira e às normas e convenções internacionais aplicáveis.

O Plano de Gestão da Sustentabilidade (PGS) Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™ será um instrumento fundamental para consolidação de informações e terá versões atualizadas publicadas sempre que necessário. Sugestões e comentários de todas as partes interessadas são bem-vindos e podem ser enviados ao endereço sustentabilidade@rio2016.com

2

Visão, missão e valores

A visão e a missão dos Jogos Rio 2016™ foram inspiradas na estratégia global de planejamento prevista para a cidade e o país a longo prazo. Também estão embasadas na motivação da candidatura do Rio para sediar os Jogos, a saber: “a paixão de associar o poder dos esportes Olímpicos e Paralímpicos ao espírito festivo dos cariocas, com o objetivo de trazer vantagens sustentáveis para o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro”¹.

VISÃO

A união de todos os brasileiros, realizando o maior evento esportivo do mundo e construindo com orgulho, através do esporte, a promessa nacional de progresso.

MISSÃO

Entregar Jogos excelentes, com celebrações memoráveis que irão promover a imagem global do Brasil, baseados em transformação sustentável através do esporte no âmbito social e urbano, contribuindo para o crescimento dos Movimentos Olímpico e Paralímpico.

VALORES

Celebração: a paixão, espontaneidade e o espírito jovem pelo qual o Rio é conhecido vão permear todas as atividades, envolvendo todos os participantes e espectadores em celebrações festivas e com alta energia.

Realização: com organização, inovação e otimismo, vamos trabalhar para criar transformações positivas e benefícios concretos a todos envolvidos com os Jogos.

Participação: trabalho em equipe, calor humano e solidariedade são diretrizes para a entrega de Jogos inclusivos, que celebrem a diversidade e a acessibilidade.

¹ Dossiê de Candidatura Rio 2016, volume 1, página 18.

Os Jogos Rio 2016™ abraçam os valores dos movimentos Olímpico e Paralímpico. Os valores do Movimento Olímpico nos levam na direção da celebração da amizade, à demonstração de respeito por todos e à busca pela excelência. Os valores do Movimento Paralímpico remetem à busca de coragem, determinação, inspiração e igualdade.

PRINCÍPIOS

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™ são regidos pelos princípios definidos na norma ABNT NBR ISO 20121 para sistemas de gestão de sustentabilidade em eventos. São eles:

Responsabilidade: estamos encarregados de conduzir todas as nossas atividades com responsabilidade social, ambiental e econômica. Ou seja, em todas as nossas iniciativas buscamos equilíbrio entre considerações econômicas, redução do impacto ambiental negativo e promoção de benefício social.

Inclusão: pautamo-nos por uma relação de respeito com todas as partes interessadas, independentemente de raça, sexo, idade, cor, religião, orientação sexual, cultura, origem nacional, renda, deficiência (mental, intelectual, sensorial e física) ou qualquer outra forma de discriminação.

Integridade: agimos com base em princípios éticos, dentro das normas internacionais de comportamento.

Transparência: comunicamos de maneira clara, precisa, oportuna e honesta sobre a forma como nossas atividades que afetam a sociedade, a economia e o meio ambiente, publicando regularmente os resultados das decisões tomadas e impacto dos Jogos sobre o meio ambiente, a sociedade e a economia.

3

A organização dos Jogos

Organizar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos é uma operação complexa que envolve uma série de instituições privadas e públicas, internacionais e locais. No coração da organização dos Jogos estão:

Comitê Olímpico Internacional (COI) – Organização internacional privada responsável pelo Movimento Olímpico e pela escolha das cidades que, a cada quatro anos, sediam os Jogos.

Comitê Paralímpico Internacional (IPC) – Organização internacional privada responsável pelo Movimento Paralímpico.

Comitê Organizador Rio 2016™ (Rio 2016™) – Associação brasileira privada sem fins lucrativos criada exclusivamente para planejar e organizar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™. Coordena todos aqueles que trabalham para a realização dos Jogos: voluntários, fornecedores, equipe de funcionários.

Governos federal, estadual e municipal – Responsáveis pelas obras de infraestrutura e serviços públicos.

Autoridade Pública Olímpica (APO) – Entidade pública criada especialmente para coordenar e integrar o trabalho dos governos na provisão e operação da infraestrutura necessária para a realização dos Jogos.

O ciclo de vida da organização dos Jogos é composto de três etapas principais:

Preparação: A fase de preparação dos Jogos tem como foco a construção da infraestrutura e das instalações permanentes; o planejamento operacional detalhado; a construção de algumas instalações temporárias; desenvolvimento de recursos humanos; planejamento do legado.

Operação: A fase de operação se inicia alguns meses antes dos Jogos Olímpicos e se estende até o final dos Jogos Paralímpicos. Inclui também, entre outras atividades, promoções culturais e educativas; a realização de eventos-teste; o acabamento das instalações e, ao final das competições, a desmontagem.

Legado: A fase de legado propriamente dita se inicia com o final dos Jogos, mas todo o planejamento realizado nas fases anteriores tem por referência o objetivo de criar transformações positivas duradouras, maximizando o benefício social, econômico, esportivo e ambiental dos Jogos.

4

Escopo

4.1. ESCOPO DO PLANO DE GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

Os Jogos Rio 2016™ foram planejados para acelerar a realização de aspirações de longo prazo do Rio de Janeiro no que se refere à manutenção de melhorias no tecido social, físico e ambiental da cidade e ao estabelecimento de novo patamar de excelência para realização de grandes eventos na América do Sul.

O Comitê de Candidatura do Rio estudou o impacto da realização dos Jogos em outras cidades-sede e comprometeu-se com a organização de um evento capaz de assegurar um legado sustentável.

Em 2008, uma Comissão Especial de Meio Ambiente para os Jogos foi formada com representantes dos governos federal, estadual e municipal, do Comitê Olímpico Brasileiro e com integrantes da sociedade civil². A partir do trabalho desta comissão, foi possível obter uma agenda estruturada em nove temas que foi incorporada ao Dossiê de Candidatura em capítulo específico sobre meio ambiente³:

1. Tratamento e conservação da água
2. Consciência ambiental
3. Uso e gerenciamento de energia renovável
4. Jogos neutros em carbono, qualidade do ar e transporte
5. Proteção dos solos e ecossistemas
6. Construção e design sustentáveis
7. Reflorestamento, biodiversidade e cultura
8. Compras e certificados ecológicos
9. Gestão de lixo sólido

² Composição da Comissão Especial de Meio Ambiente. Governo Federal: Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Esporte, Ministério das Cidades. Governo Estadual: Secretaria de Estado do Ambiente, Instituto Estadual do Ambiente, Companhia Estadual de Águas e Esgotos, Secretaria de Estado de Turismo e Transportes. Governo Municipal: Instituto Pereira Passos, Secretaria Municipal Meio Ambiente, Gabinete do Prefeito Eduardo Paes, Companhia Municipal De Limpeza Urbana, Secretaria Municipal de Urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/CentroClima). Universidade Federal de São Carlos (INOVA). ICLEI. PNUMA. Manglares. Lagoa Viva. Fundação Clinton. Ecologus. Green Building Council Brasil.

³ Dossiê de Candidatura Rio 2016, volume 1, página 92.

Além dessa agenda ambiental com nove temas, vários outros compromissos relacionados aos aspectos social e econômico da sustentabilidade foram reunidos em forma de propostas de ações e de compromissos que foram distribuídos pelos demais capítulos e volumes do Dossiê de Candidatura e, mais adiante, consolidados em documentos como o Contrato de Cidade Sede (HCC).

No Dossiê de Candidatura ficou estabelecido que o Comitê Organizador Rio 2016™ se encarregaria da elaboração de um Plano de Gestão da Sustentabilidade, no qual seria feito o desdobramento de temas-chave, a definição de propostas de ação e dos compromissos de governo, bem como sua articulação em um programa de trabalho integrado.

O Plano de Gestão da Sustentabilidade tem agora sua primeira versão e estabelece os fundamentos para a integração de princípios, ações e projetos relativos à sustentabilidade ao planejamento e operação dos Jogos Rio 2016™.

Sua elaboração teve como ponto de partida as propostas de ação e compromissos estabelecidos no Dossiê de Candidatura, aos quais foram somados o ganho de maturidade dos projetos e programas Olímpicos e Paralímpicos obtido até o momento, bem como a evolução de práticas, tecnologias, normas internacionais e legislação federal, estadual e local.

Cabe ressaltar que sustentabilidade é um tema em constante desenvolvimento, tendo alcançado importante grau de maturidade nos últimos anos, o que tornou imprescindível a atualização da agenda para os Jogos. Um exemplo: na época da elaboração do Dossiê de Candidatura, em 2008, era usual o estabelecimento de objetivos de “neutralidade em carbono”⁴. Atualmente houve um amadurecimento da questão, um reconhecimento de que é de fato exequível o estabelecimento de objetivos de “baixo carbono”.

Foi elaborada uma estrutura-base de planejamento (framework) que desdobra objetivos estratégicos em eixos temáticos e objetivos específicos, os quais são, por sua vez, vinculados a ações, projetos ou planos de ação. Indicadores de progresso são também elencados.

⁴ Atingir neutralidade em carbono, ou seja, zerar as emissões através de compensação total das emissões de gases de efeito estufa dependeria, antes de mais nada, de um cálculo preciso da totalidade das emissões. Entretanto, por melhor que seja o embasamento técnico do cálculo das emissões, é impossível calcular precisamente a totalidade das emissões de qualquer atividade humana. No atual desenvolvimento técnico-científico, cálculos de emissões de carbono são sempre aproximados.

No que se refere aos objetivos estratégicos, cabe frisar que correspondem aos três pilares propostos por ocasião da candidatura e estão alinhados aos princípios de desenvolvimento sustentável ratificados pela Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Rio 1992. São eles:

- **Planeta:** redução do impacto ambiental causado pelos projetos relacionados aos Jogos Rio 2016™, imprimindo uma pegada ambiental reduzida.
- **Pessoas:** planejamento e execução dos Jogos Rio 2016™ de forma inclusiva, entregando jogos para todos.
- **Prosperidade:** contribuição para desenvolvimento econômico do estado e da cidade do Rio de Janeiro, planejando, gerindo e relatando os projetos envolvidos nos Jogos Rio 2016™ com responsabilidade e transparência.

Os três objetivos estratégicos desdobram-se em 9 eixos temáticos, os quais agrupam por similaridade e complementaridade os programas de infraestrutura de responsabilidade dos governos e os projetos operacionais de responsabilidade do Comitê Organizador Rio 2016™.

A tabela 1 lista os 9 eixos temáticos e sua correspondência com os 3 objetivos estratégicos⁵.

TABELA 1.

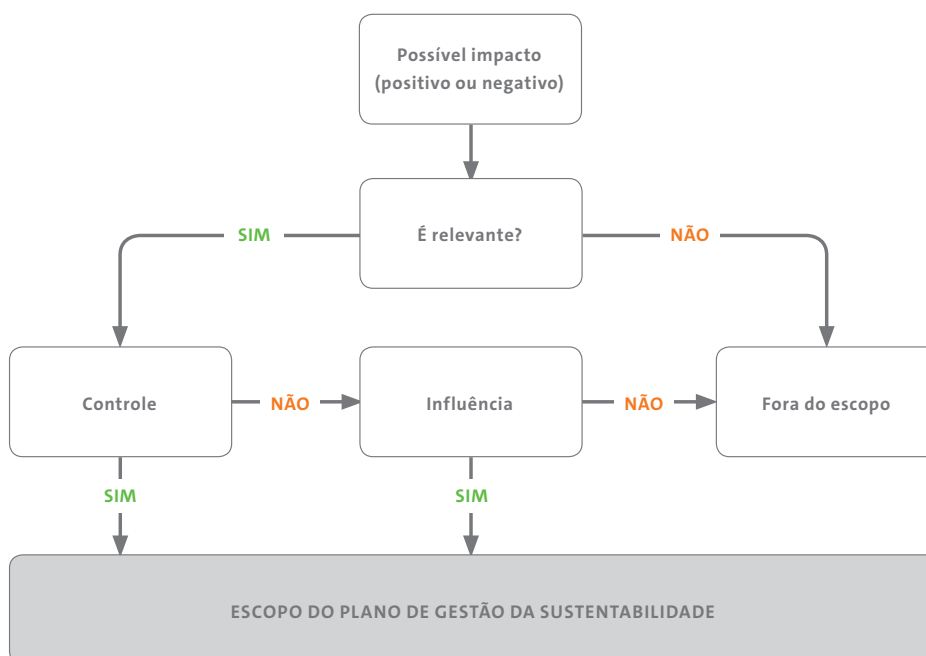
OBJETIVO ESTRATÉGICO	Eixo Temático
1. Planeta: Pegada Ambiental reduzida	1.1. Transporte e Logística
	1.2. Desenho e construção sustentável
	1.3. Conservação e recuperação ambiental
	1.4. Gestão de resíduos
2. Pessoas	2.1. Engajamento e conscientização
	2.2. Acessibilidade universal
	2.3. Diversidade e inclusão
3. Prosperidade: Gestão responsável e transparência	3.1. Cadeia de Suprimentos Sustentável
	3.2. Gestão e reporte

⁵ O anexo I traz a correspondência entre os nove temas do Dossiê de Candidatura e os 10 eixos temáticos deste Plano de Gestão da Sustentabilidade.

APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DE MATERIALIDADE

O princípio da materialidade foi aplicado na definição do escopo deste Plano de Gestão da Sustentabilidade. Ou seja, foram incluídas as questões de maior relevância sob o controle ou a influência do Comitê Organizador Rio 2016™ e dos órgãos governamentais diretamente envolvidos na sua organização ⁶, de acordo com o fluxograma abaixo (figura 2).

FIGURA 2 – ANÁLISE DE MATERIALIDADE



Entende-se por questões de maior relevância os possíveis impactos (positivos e negativos) causados pela realização e organização dos Jogos, alta severidade (capacidade de provocar dano ou benefício) e/ou escala significativa.

⁶ Os órgãos governamentais diretamente envolvidos na organização dos Jogos estão descritos no item 3, a Organização dos Jogos.

O levantamento inicial do conjunto de impactos a serem avaliados tomou por base:

- o Dossiê de Candidatura Rio 2016;
- planos de gestão da sustentabilidade de edições anteriores dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos;
- normas e padrões nacionais e internacionais de sustentabilidade (norma ABNT NBR ISO 20121 para gestão da sustentabilidade em eventos, suplemento para organizadores de evento do GRI - Global Reporting Initiative);
- legislação nacional, estadual e local relativa a meio ambiente e sustentabilidade;
- temas emergentes em redes sociais e na imprensa relacionados à realização dos Jogos;
- consulta a diferentes áreas funcionais do Comitê Organizador Rio 2016™;
- consulta a gestores de órgãos públicos envolvidos na organizações dos Jogos;
- consulta aos clientes ⁷ dos Jogos.

⁷ Os clientes dos Jogos são as partes interessadas diretamente envolvidas na realização os Jogos. São eles: 1) atletas; 2) Comitês Olímpicos e Paralímpicos Nacionais; 3) Família Olímpica e Paralímpica; 4) Mídia; 5) Broadcasters; 6) Espectadores; 7) Parceiros Comerciais; 8) Força de Trabalho; 9) Federações Esportivas Internacionais.

4.2. ESCOPO DESTE DOCUMENTO

O Plano de Gestão da Sustentabilidade é um documento vivo, de caráter técnico, que será atualizado continuamente, levando em consideração a evolução dos projetos e programas do Rio 2016™, bem como comentários e sugestões recebidas de partes interessadas.

Esta primeira versão do PGS estabelece os passos iniciais para a integração da sustentabilidade ao longo das etapas de preparação, operação e legado dos Jogos, em uma fotografia do que foi acordado até o momento.

Para cada um dos 9 eixos temáticos são especificados objetivos específicos e elencados programas, projetos, atividades e indicadores de progresso a serem monitorados ao longo do processo de preparação dos Jogos.

Seguindo o princípio de comunicação transparente, este documento apresenta abertamente os principais fatores condicionantes (limites e restrições) a serem considerados, tais como:

- capacidade instalada do mercado e da infraestrutura – embora os Jogos sejam uma oportunidade para fomentar novas oportunidades de mercado e melhorar a infraestrutura, tal desenvolvimento deve levar em consideração a demanda pós-Jogos;
- estágio de maturidade das novas tecnologias, produtos e serviços – os Jogos podem atuar como um catalizador para a adoção de inovações, mas estas devem ser robustas o suficiente para dar conta da escala e dos prazos inflexíveis, bem como atender aos requisitos de segurança e desempenho esportivo do evento;
- respeito aos orçamentos – respeitar os orçamentos não significa abrir mão dos requisitos de sustentabilidade para baixar custos, mas levar em conta que a viabilidade econômica, balizada pelo custo total de aquisição⁸, é considerada como parte integrante da equação da sustentabilidade.
- capacidade de controle versus influência. O comprometimento dos organizadores com os projetos e programas aqui elencados é suficiente para garantir o sucesso de parte significativa dos mesmos. Entretanto, muitos dos objetivos estabelecidos neste PGS dependem de decisões tomadas por terceiros, de mudanças de comportamento ou de outros fatores fora do controle dos entes envolvidos diretamente na organização dos Jogos. Nestes casos, o poder inspirador e o potencial motivador exercido pelos Jogos será mobilizado para influenciar e encorajar mudanças.

De forma geral, pode-se dizer que, para a elaboração deste Plano de Gestão da Sustentabilidade foram realizados o mapeamento, a avaliação e o alinhamento de todos os compromissos até então assumidos, os quais foram integrados em um planejamento factível e realista, porém ambicioso, com encaminhamentos concretos para todas as ações previstas.

Os resultados obtidos na jornada que aqui se inicia serão comunicados periodicamente através de duas ferramentas:

- relatórios de sustentabilidade bianuais, seguindo os padrões do GRI (Global Reporting Initiative, Event Organizers Supplement);
- relatórios do Estudo de Impacto dos Jogos Olímpicos (OGI), com monitoramento de indicadores de médio/longo prazo.

A próxima versão do PGS está prevista para ser publicada no primeiro trimestre de 2014.

⁸ Custo total de aquisição, instalação, utilização, manutenção, mudança e eliminação de algo, durante o ciclo de vida de um produto ou serviço.

Planeta

5

Planeta: pegada ambiental reduzida

Um dos objetivos estratégicos deste Plano de Gestão da Sustentabilidade é a redução do impacto causado pelos projetos relacionados aos Jogos Rio 2016™ com consequente impressão de pegada ambiental reduzida à sua preparação e operação.

A organização de um evento do porte e complexidade dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos implica na mobilização concentrada de tempo (algumas semanas), espaço (cidade-sede) e recursos financeiros. Os Jogos exercem uma pressão sem precedentes sobre o estoque de acomodações, o sistema de limpeza pública, a provisão de energia, o consumo de água, os serviços de segurança pública e a rede de transportes da cidade-sede.

Sem dúvida, os Jogos representam uma oportunidade única para acelerar investimentos de infraestrutura necessários à cidade e à população que, na ausência dos mesmos, somente se concretizariam em um prazo muito mais longo. Além do mais, existem muitas oportunidades para que os Jogos funcionem como um poderoso exemplo, alavancando a adoção de novos padrões de produção e consumo menos agressivos ao meio ambiente.

Entretanto, as necessárias obras de infraestrutura, por mais cuidadosas que sejam, trazem sempre algum impacto ambiental negativo. Ou seja, se por um lado não existem mega eventos 100% sustentáveis, estes podem demonstrar liderança e demonstrar a adoção bem-sucedida de novos padrões de sustentabilidade.

O Comitê Rio 2016™ está comprometido com a redução da pegada ambiental deixada pela preparação e operação dos Jogos e trabalha com afinco para que o evento ajude a consolidar práticas mais sustentáveis em transporte e logística, construção e melhorias urbanas, conservação e recuperação ambiental e gestão de resíduos.

A tabela 2 lista os quatro eixos temáticos referentes ao objetivo estratégico Planeta, incluindo seus respectivos objetivos específicos.

TABELA 2 - PLANETA: PEGADA AMBIENTAL REDUZIDA

EIXOS TEMÁTICOS	Objetivos específicos
Transporte e Logística	<p>Prover transporte público para espectadores e força de trabalho.</p> <hr/> <p>Implantar ações de redução de emissões de poluentes, inclusive Gases do Efeito Estufa - GEE, nos sistemas de transportes públicos.</p> <hr/> <p>Operar frota Olímpica e Paralímpica com combustíveis menos poluentes.</p> <hr/> <p>Racionalizar e otimizar operações de logística no transporte de materiais e objetos.</p>
Construção sustentável e melhorias urbanas	<p>Implantar critérios de uso racional de recursos, eficiência e minimização de impactos ambientais no desenho e construção de todas as instalações.</p> <hr/> <p>Atender aos padrões internacionais e nacionais de meio ambiente no planejamento, desenvolvimento e construção de toda a infraestrutura dos Jogos.</p> <hr/> <p>Estimular o desenvolvimento de atividades econômicas e melhoria da qualidade de vida nas diversas Zonas Olímpicas.</p>
Conservação e recuperação ambiental	<p>Minimizar os impactos sobre os ecossistemas existentes nas instalações olímpicas e paralímpicas e seu entorno imediato.</p> <hr/> <p>Promover a recuperação ambiental dos corpos hídricos nas regiões dos Jogos.</p> <hr/> <p>Reforçar/acelerar programas de proteção, conservação, restauração e recuperação ambiental.</p> <hr/> <p>Expandir monitoramento da qualidade do ar e da água nas regiões dos Jogos.</p>
Gestão de resíduos	<p>Desativar e iniciar recuperação ambiental dos lixões e implantar sistema integrado de tratamento de resíduos sólidos.</p> <hr/> <p>Alinhar e implantar os planos de gestão de resíduos de todas as construções, garantindo manejo e tratamento final adequado.</p> <hr/> <p>Gestão e tratamento responsável dos resíduos sólidos das operações dos Jogos.</p> <hr/> <p>Gestão e tratamento responsável de resíduos sólidos corporativos.</p>

5.1. TRANSPORTE E LOGÍSTICA

5.1.1. Prover transporte público para espectadores e força de trabalho

A estratégia de transportes dos Jogos Rio 2016™ foi desenvolvida para garantir transporte público seguro, rápido e confiável para 100% dos espectadores e para a força de trabalho.

O conceito de transporte dos Jogos é baseado na aceleração de projetos já existentes na cidade do Rio de Janeiro e contempla a utilização de um Anel de Transporte de Alta Capacidade, compreendendo um sistema totalmente renovado de trens, a ampliação do metrô e o lançamento de linhas de BRT (Bus Rapid Transit). Essa rede terá integração em diversas estações e irá conectar as quatro Zonas dos Jogos a áreas-chave da cidade.

Até 2016, a utilização dos sistemas de transporte público de alta capacidade (trem e metrô) será ampliada dos atuais 12% dos trajetos totais para até 60% (trem, metro, BRT e VLT).

O objetivo é eliminar/reduzir a necessidade de uso de carros particulares para chegar aos locais de competição, trazendo o benefício adicional de assegurar diminuição do tráfego e favorecer a menor emissão de dióxido de carbono e outros particulados prejudiciais à saúde.

Abaixo, uma breve descrição dos principais projetos de infraestrutura de transportes a serem implementados.

BRT (BUS RAPID TRANSIT)

Responsável: Governo Municipal

O BRT (Bus Rapid Transit) é um sistema de transporte de massa, tronco-alimentado, desenvolvido para operar em via segregada do tráfego atual. Os ônibus articulados, com capacidade média de 160 passageiros (cada), serão divididos em expresso e parador, de acordo com a quantidade de estações no trajeto. Os veículos terão ar condicionado, portas no lado esquerdo e piso elevado a 90cm do solo, nivelado e alinhado com as estações.

Indicadores de desempenho: quilometragem implantada, número de passageiros/dia, número de viagens, toneladas CO² evitadas.

BRT Transoeste: liga Santa Cruz e Campo Grande à Barra da Tijuca, em uma extensão de 56km. Conta com 53 estações. Atenderá em média 220 mil passageiros/dia. A linha se estende da estação Jardim Oceânico do Metro Linha 4 - Barra até Guaratiba, onde se bifurca para Campo Grande e para Santa Cruz. Funcionará integrada com as outras duas linhas de BRT a serem implantados: Transcarioca, na estação Alvorada e Transolímpica, na confluência da avenida das Américas com avenida Salvador Allende. A expectativa é que, a partir do início do funcionamento da Transoeste, que já tem 50km implantados, seja reduzido pela metade o tempo médio de viagem entre os bairros, todos na Zona Oeste do Rio.

BRT Transolímpica: com extensão total de 26km, se estenderá da Estação Deodoro até a avenida das Américas. Atenderá uma demanda estimada em 100 mil passageiros/dia. Entre a Estrada dos Bandeirantes (Jacarepaguá) e a avenida Brasil (Magalhães Bastos) será contruída uma via expressa, com pedágio. Ao todo, serão 13km de extensão e três faixas por sentido. As que ficam junto ao canteiro central serão reservadas para o BRT. Entre avenida das Américas e a Estrada dos Bandeirantes, ao longo da avenida Salvador Allende haverá uma extensão de 7km. O trecho de ligação as estações Magalhães Bastos e o terminal Deodoro conectará o sistema com a Transbrasil e a Supervia, com extensão de 3km. A Transolímpica vai criar novas vias e cortará os bairros da Barra, Recreio dos Bandeirantes, Camorim, Curicica, Taquara, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Vila Militar e Deodoro, beneficiando diretamente mais de 400 mil moradores da região e se consolidando como uma opção à Linha Amarela para quem vive na Baixada Fluminense e nas regiões próximas à avenida Brasil. Com as obras já iniciadas, a expectativa da Prefeitura é que todas as obras fiquem prontas em 2015.

BRT Transbrasil: corredor expresso de ônibus articulados ao longo da avenida Brasil, desde Deodoro até o Aeroporto Santos Dumont. Composto por 28 estações, 4 terminais e 15 passarelas, com extensão de 32km e capacidade de atendimento estimada em 900 mil passageiros/dia. A Transbrasil conectará o sistema a corredores de elevadíssima demanda. O sistema terá conexões com a Transcarioca (Barra da Tijuca/ Aeroporto Internacional) e Transolímpica (Barra/ Deodoro). O usuário também poderá fazer integração com o metrô e o trem. Em fase de elaboração de projeto.

BRT Transcarioca: com 39km de extensão, vai se estender da Barra à Ilha do Governador (via Penha), usando as principais vias existentes nos bairros servidos, operando em faixas exclusivas. O sistema cobrirá demanda estimada de 400 mil passageiros/dia. Haverá integração do BRT com o sistema ferroviário (Madureira e Olaria), metroviário (Vicente de Carvalho) e com o Aeroporto Internacional, visando o incremento da mobilidade nos Jogos Rio 2016™ e Copa de 2014. O BRT Transcarioca será integrado aos BRTs Transbrasil, Transolímpica e Transoeste. As obras iniciadas em março de 2011 têm conclusão prevista para dezembro de 2013.

VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS (VLT – PORTO)

Responsável: Governo Municipal

Implantação de VLT na área Central e região portuária, com 28km de linha operacional, 2km de linha no acesso ao Centro Integrado de Operação e Manutenção (CIOM) e mais 4km de vias no próprio pátio.

O novo sistema de transporte irá transformar a paisagem urbana e requalificar a infraestrutura da área Central e da região portuária. Além disso, irá integrar os principais modais de transporte com as regiões próximas à zona portuária e aumentar a oferta de transporte público de média capacidade de forma sustentável, com a utilização de um modal movido a energia limpa.

Maturidade: com o projeto básico pronto, as obras devem ser iniciadas em 2013 e concluídas em 2015.

Indicadores de desempenho: quilometragem implantada, número de passageiros/dia, número de viagens, toneladas CO² evitadas.

MODERNIZAÇÃO DO INTELLIGENT TRANSPORT SYSTEM (ITS)

Responsável: Governo Municipal

Ampliação e modernização do Sistema de Controle de Tráfego da Cidade do Rio de Janeiro (CTA) implantado a partir de 1996. Estão previstos: ampliação do uso de câmeras "ptz" inteligentes, do sistema de controle eletrônico de fluxo de

tráfego com cruzamentos gerenciados e contadores eletrônicos de veículos (traffic loops usados na detecção de velocidade e contagem de tráfego), implantação de equipamentos de Reconhecimento Automático de Placas de Veículos (OCR), modernização do controle semafórico e da sinalização semafórica nas interseções dos eixos e instalação de painéis de mensagens variáveis (PMV). Implantação já iniciada, sendo que a primeira fase foi concluída em 2009 e a segunda tem previsão de conclusão em 2015.

AMPLIAÇÃO E RENOVAÇÃO DO METRÔ

Responsável: Governo Estadual

Principais envolvidos – Casa Civil, SETRANS, Rio Trilhos, Consórcio Linha 4, Consórcio Rio-Barra, Metrô Rio.

Indicadores de desempenho: quilometragem implantada, número de passageiros/dia, número de viagens, toneladas CO² evitadas.

Linha 4: ampliação da rede metroviária com a ligação entre a Barra da Tijuca e a Zona Sul; construção das estações: Jardim Oceânico, São Conrado, Gávea, Antero de Quental, Jardim de Alah e Nossa Senhora da Paz; expansão da estação General Osório; aquisição de material rodante. Em execução.

Linha 1: construção das estações General Osório (Ipanema) e Uruguai (Tijuca); adequação de acessibilidade nas estações já existentes; melhoria nos sistemas de energia e sinalização. Em execução.

Linha 2: interconexão entre as linhas 1 e 2 (São Cristóvão/Central); construção da estação Cidade Nova; adequação de acessibilidade nas estações já existentes; melhoria nos sistemas de energia, sinalização e controle operacional. Em execução.

Aquisição de material rodante: compra de novos trens para a operação da linha 4 e implantação de sistemas operacionais, de controle e de sinalização. Aquisição de 114 carros com ar condicionado para as linhas 1 e 2 e construção do estacionamento de trens na Central. Em execução.

RENOVAÇÃO DO SISTEMA DE TREM (SUPERVIA)

Responsável: Governo Estadual

Principais envolvidos - Casa Civil, SETRANS, Central, SuperVia.

Ramal Deodoro: obras de modernização e adequação à acessibilidade universal em todas as estações; construção das estações Maracanã, Mangueira e São Cristóvão; reforma das estações Olímpicas de Deodoro, Madureira e Engenho de Dentro; reforma da estação Central do Brasil. Em execução.

Ramal Santa Cruz: obras de modernização e adequação à acessibilidade universal em todas as estações; construção das estações Vila Militar e Magalhães Bastos; reforma da estação olímpica de Santa Cruz. Em execução.

Ramal Saracuruna: obras de modernização e adequação à acessibilidade universal em todas as estações; reforma da estação Olímpica de Olaria. Término das intervenções previsto para dez/2015.

Ramal Belford Roxo: modernização e adequação à acessibilidade universal em todas as estações. Término das intervenções previsto para dez/2015.

Aquisição de material rodante: compra de 120 novos trens para todo o sistema ferroviário. Em execução.

Infraestrutura dos ramais: reforma do material rodante existente; renovação e adequação da via permanente; adequação da rede aérea de tração (sistemas elétricos) e do sistema de comunicação de todo o modal ferroviário. Em execução.

Complementação dos ramais: recuperação das oficinas São Diogo e Deodoro; implantação do novo sistema de sinalização de Proteção Automática de Trem (ATP); reforma do Centro de Comando Operacional (CCO). Em execução.

5.1.2. Implantar ações de redução de emissões de poluentes, inclusive Gases do Efeito Estufa - GEE, nos sistemas de transportes públicos

A cidade do Rio de Janeiro estabeleceu, voluntariamente, a meta de garantir, até 2020, a redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE) em 2,3 milhões de toneladas, o que equivale a 20% das emissões do município em 2005.

O inventário de emissões de gases de efeito estufa, realizado em 2005, mostrou o transporte rodoviário como responsável por 37% das emissões de GEE na cidade. Esta constatação motivou a adoção de políticas de redução de emissões que já começaram a ser implementadas e que incluem a duplicação da rede de ciclovias da cidade, a ampliação da frota de ônibus usuária de combustíveis menos poluentes e a entrada em operação de quatro corredores exclusivos do sistema de transporte (BRT – Bus Rapid Transit).

EXPANSÃO DA REDE DE CICLOVIAS

Responsável: Governo Municipal

Com a meta ambiciosa de expandir a rede cicloviária municipal para 450km até 2016, o Programa “Rio, Capital da Bicicleta” tem por objetivo promover o aumento do uso da bicicleta como modal de transporte, contribuindo para a redução dos níveis de poluição do ar e melhoria da qualidade de vida da população.

Previsto no Planejamento Estratégico da cidade e no Dossiê de Candidatura dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, o programa vem tendo por base o crescente fortalecimento do uso da bicicleta na cidade de 20 anos para cá. Atualmente, cerca de 4% dos deslocamentos de curta e média distância – cerca de 1 milhão de viagens/dia – são feitos por esse meio de transporte, superando o número de usuários dos trens e barcas.

Iniciado em 2009, a partir de uma rede já implantada com 150Km de ciclovias, ciclofaixas e faixas compartilhadas, o programa tem como meta implantar até o final de 2016 mais 300km.

A intenção é que, no ano de realização dos Jogos, a rede de ciclovias esteja integrada aos demais modais de transporte, interligando as regiões do evento e, dentro de cada uma delas, as respectivas instalações. O programa também prevê a

implantação de estações de guarda e empréstimos de bicicletas em vários pontos da cidade e fomento da cultura do uso da bicicleta como meio de transporte.

Indicadores de desempenho: quilometragem implantada, número de viagens, toneladas CO² evitadas.

AMPLIAÇÃO DA FROTA DE ÔNIBUS MUNICIPAL QUE UTILIZA COMBUSTÍVEIS MENOS POLUENTES

Responsável: Governo Municipal

Atualmente, a frota de ônibus da cidade do Rio de Janeiro em operação comercial é composta, em sua maioria, por ônibus com motores do ciclo Diesel que atendem a padrões de emissões iguais ou anteriores aos do PROCONVE (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores) fase 5 – P5. Além disso, segundo dados da FETRANSPOR, no município do Rio de Janeiro, os ônibus urbanos que possuem maior representatividade na frota (cerca de 60%) são classificados como tipo I (veículos com motor dianteiro) pelo PROCONVE.

Conforme definido pela Resolução nº 403, de 11 de novembro de 2008, publicada pelo CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), a partir de janeiro de 2012 todos os fabricantes de veículos e motores que atuam no Brasil ficaram obrigados a produzir motores e equipar seus veículos com motores que atendam ao padrão de emissões do EURO V (PROCONVE fase 7 – P7), o que implica em uma adequação gradativa da frota de ônibus do Rio de Janeiro para atender estas exigências e um progresso no sentido de garantir uma redução significativa da emissão de poluentes atmosféricos locais.

O sistema de transporte municipal é uma concessão ao setor privado, sob responsabilidade do Governo Municipal.

A renovação da frota municipal acordada com as concessionárias é de 20% ao ano, a partir de 2012. Portanto, a expectativa é que toda a frota do município do Rio de Janeiro esteja renovada e adaptada ao novo padrão até 2016.

Indicadores de desempenho: percentual da frota renovada no padrão P7.

5.1.3. Operar frota Olímpica e Paralímpica com combustíveis menos poluentes

O Brasil desempenha um papel de liderança mundial no setor de energia limpa, com 45,3% de sua matriz energética provenientes de fontes como recursos hídricos, biomassa e etanol. Quase 90% dos veículos comprados no país já saem de fábrica com a tecnologia *flex*, que possibilita o abastecimento com etanol ou gasolina e a quase totalidade dos táxis da cidade do Rio de Janeiro circulam usando gás natural.

Com base neste cenário, o Rio2016™ assumiu o compromisso de operar sua frota de veículos leves e de ônibus com combustíveis menos poluentes, oriundos de fontes renováveis.

A meta é operar com no mínimo 75% dos veículos leves a etanol ou eletricidade e a totalidade dos ônibus com o percentual mais alto de biodiesel disponível no mercado no momento dos Jogos. Os valores exatos serão determinados até o final de 2013, tomando por parâmetro as discussões já em andamento com parceiros comerciais e governamentais.

O Rio 2016™ também já iniciou estudos para definir padrões de emissão de carbono para toda a frota e para estabelecer normas de emissões potenciais para veículos de passageiros, veículos pesados e ônibus.

Os princípios adotados pelo Rio 2016™ para a redução das emissões de carbono nas operações de transportes são baseados na hierarquia internacionalmente reconhecida de reduzir, substituir e compensar.

- **Reduzir:** minimizar as emissões na fonte, reduzindo o consumo de combustível com medidas diversas, tais como: priorização de veículos de baixo consumo, que utilizem pneus com resistência adequada ao rolamento, e treinamento de motoristas em técnicas de condução econômica.
- **Substituir:** usar combustíveis de baixo carbono, como etanol, biodiesel e veículos elétricos.
- **Compensar:** utilizar projetos de compensação de carbono como um passo final, depois de esgotadas as alternativas de redução e substituição.

Responsável: Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

Indicadores de desempenho: total de emissões de CO²; redução de emissões de CO² obtidas; NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas.

5.1.4. Racionalizar e otimizar operações de logística no transporte de materiais e objetos

ETAPA DE PREPARAÇÃO

Responsável: Governos Municipal e Estadual

Os governos estão adotando nas suas obras mais recentes elevado padrão de qualidade ambiental, que inclui a busca de certificações que favorecem, entre outras práticas, a otimização da logística no transporte de materiais. Exemplo disso é o Parque Madureira, inaugurado pela prefeitura em 2012. Com mais de 100 mil m², situado numa região de grande adensamento populacional, o Parque é uma opção para lazer e para a prática esportiva e recebeu a certificação ambiental AQUA⁹. Foi um passo importante que motivará o cumprimento do compromisso de ter todas as instalações permanentes para os Jogos Olímpicos, que sejam de responsabilidade do governo municipal, com certificação LEED¹⁰.

Indicadores de desempenho: número de certificação (tipo e nível)

ETAPA DE OPERAÇÃO

Responsável: Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

Devido ao alto volume de objetos a serem transportados até as instalações e entre elas, durante o período dos Jogos, ações na área logística foram integradas pelo Rio 2016™ ao seu Guia de Cadeia de Suprimentos Sustentável¹¹.

Racionalizar e otimizar as operações de logística é essencial tanto para a redução das emissões de carbono quanto para a minimização da geração de resíduos por meio de uma gestão integrada com logística reversa.

Atualmente, o Comitê está em entendimentos com parceiros comerciais, fornecedores e licenciados sobre como integrar iniciativas de otimização e racionalização de logística, medir resultados e estimar reduções na geração de resíduos e emissões de carbono. Este será um grande desafio para a

⁹ Certificação Ambiental AQUA – Alta Qualidade Ambiental

¹⁰ Certificação LEED – Liderança em Energia e Design Ambiental

¹¹ O Guia de Cadeia de Suprimentos Sustentável Rio 2016™ pode ser solicitado pelo endereço sustentabilidade.suprimentos@rio2016.com

indústria e é uma área onde os Jogos Rio 2016™ podem trazer mudanças comportamentais significativas.

Indicadores de desempenho: redução de emissões de CO² obtidas; número de fornecedores com plano de otimização e racionalização logística implantado.

5.2. CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL E MELHORIAS URBANAS

5.2.1. Implantar critérios de uso racional de recursos, eficiência e minimização de impactos ambientais no projeto e na construção de todas as instalações

Alguns dos maiores desafios e oportunidades de sustentabilidade estão diretamente relacionados às instalações: sua localização, características do projeto arquitetônico, processo de construção, operação durante os Jogos, uso e manutenção no período pós-Jogos.

A maximização da utilização de instalações existentes e o planejamento detalhado da construção de novas instalações, de acordo com elevados padrões de qualidade ambiental, garantirão um impacto mínimo da infraestrutura dos Jogos Rio 2016™ no meio ambiente.

As decisões relativas à construção de novas instalações foram pautadas por parâmetros de comprovação de demanda pós-evento, bem como, pelos critérios ambiental e financeiro de uma construção permanente em comparação ao de uma temporária. Ou seja, o princípio é evitar a construção de instalações subutilizadas e de alto custo de manutenção, os chamados elefantes brancos.

Desta forma, no grupo das 36 instalações esportivas utilizadas nos Jogos Rio 2016™, 16 são existentes (sendo que a metade delas será renovada especialmente para os Jogos), 9 serão temporárias e 11 novas instalações permanentes serão construídas.

As instalações temporárias estão sendo planejadas e serão construídas a partir do conceito de arquitetura nômade, com edificações modulares que podem ser desmontadas, reaproveitadas, transformadas e transferidas de lugar, de forma a não virar resíduo após a realização dos Jogos.

Diretrizes de projeto e construção sustentável para instalações permanentes, temporárias e overlay (instalações provisórias) foram estabelecidas desde a candidatura, com o objetivo de:

- incentivar desenhos mais compactos de forma a favorecer melhor desempenho de consumo de energia e de materiais;
- prolongar ao máximo a vida útil dos materiais e da estruturas;
- reaproveitar o que for possível dos materiais já existentes nos espaços de construção e utilizar, sempre que possível, material reciclado ou de fontes renováveis;
- substituir materiais nocivos à saúde;
- reduzir emissões de carbono embutidas nas edificações;
- adotar tecnologias que possibilitem a eficiência e o uso racional da água;
- utilizar sistemas passivos bioclimáticos, melhorando a eficiência energética, proporcionando maior conforto térmico/acústico/luminoso e criando ambientes internos mais saudáveis e de baixa emissão de poluentes;
- maximizar o uso de energia de fontes renováveis;
- reduzir necessidade de reposição e manutenção ao longo da vida útil das instalações;
- minimizar a movimentação de terra para dentro e fora do terreno.

Metas específicas, que levam em conta o ciclo de vida de cada tipo de instalação, estão sendo discutidas pelo Grupo de Trabalho de Sustentabilidade dos Jogos Rio 2016™ e serão publicadas na próxima versão deste PGS.

Tais metas devem ser factíveis do ponto de vista técnico e dos custos, sendo desafiadoras no sentido de direcionar para soluções inovadoras e mais sustentáveis, de reduzido impacto ambiental, elevando o padrão das construções no país. Cabe ressaltar que o estabelecimento das metas quantitativas não é trivial, não podendo ser fruto de simples estimativa, mas sim de estudos que mostrem qual a prática corrente e qual o potencial viável de melhoria, uma vez que sustentabilidade na construção civil apresenta grande complexidade, em função da diversidade de materiais e métodos construtivos e das variações regionais e climáticas.

Indicadores de desempenho: percentual de materiais reciclados; consumo de energia; energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência; total de retirada de água por fonte; percentual e volume total de água reciclada e reutilizada; total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa; redução de emissões de gases de efeito estufa;

descarte de água; número e volume total de derramamentos significativos; natureza, escopo e eficácia de práticas para avaliar e gerir os impactos das operações na vizinhança, incluindo a entrada, operação e saída durante as obras.

NOVAS INSTALAÇÕES E RENOVAÇÃO DE EXISTENTES

Responsável: Governos Federal, Municipal e Estadual

Todos os editais para licitação de projetos e obras realizadas pelos governos incluem exigências que contemplam princípios de sustentabilidade. As novas instalações esportivas permanentes possuirão certificações ambientais que preveem a adoção de medidas de redução dos impactos ambientais, com parâmetros objetivos a serem seguidos.

INSTALAÇÕES TEMPORÁRIAS E OVERLAYS (INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS)

Responsável: Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

A integração de critérios de sustentabilidade no projeto e na construção de instalações temporárias e overlay é um grande desafio. Além de inexistência de parâmetros de referência, tanto para projeto quanto para processo de montagem/desmontagem, a experiência dos fornecedores de materiais/commodities relacionada a eventos (grades, tendas, assentos, etc.) é muito incipiente no que se refere à integração de critérios de sustentabilidade.

Por isso, o Rio 2016™ está desenvolvendo uma estratégia de sustentabilidade a ser utilizada em todas as instalações temporárias e overlays. A estratégia possui quatro áreas de atuação: projeto e construção (montagem e desmontagem), licenciamento, suprimentos e operação. A elaboração de um manual técnico contendo parâmetros de referência foi iniciada e será um legado para o setor de eventos no país. As fases de transição Olímpico-Paralímpico e de descomissionamento também são alvo de estratégias específicas que preveem um plano de desmonte e destinação/reutilização dos equipamentos temporários, evitando a formação de resíduos ou passivos. Esta ação está ligada com a definição de legado e deve ser implementada já nas fases de planejamento e projeto.

Uma equipe de arquitetos e analistas de suprimentos está trabalhando com o mercado fornecedor para ampliar o entendimento dos sistemas e dos materiais oferecidos, identificar possibilidades de inserção de estratégias de sustentabilidade na cadeia de produção, avaliar riscos no processo de contratação e auxiliar potenciais fornecedores a criar materiais/commodities mais sustentáveis.

5.2.2. Atender aos padrões internacionais e nacionais de respeito ao meio ambiente no planejamento, desenvolvimento e construção de toda a infraestrutura dos Jogos

Responsável: Governos Federal, Estadual e Municipal, Rio 2016™

Todas as instalações permanentes construídas pelo governo municipal receberão certificação LEED (Leadership in Energy and Environmental Design) e a etiqueta PROCEL de eficiência energética. Todas as instalações permanentes construídas pelo governo estadual receberão certificação ambiental internacionalmente reconhecida e aplicável no Brasil, além de etiqueta PROCEL de eficiência energética.

Os três níveis de Governo, as autoridades competentes e os empresários envolvidos forneceram garantias assegurando que todas as obras de construção necessárias à organização dos Jogos Rio 2016™ serão feitas de acordo com as leis municipais, estaduais e federais vigentes voltadas à proteção do meio ambiente.

Em especial, serão observadas as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), o Código de Obras e a Lei de Zoneamento da cidade, bem como regras aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO). As decisões de convenções e tratados internacionais como o protocolo de Montreal, a Convenção da Basiléia, a Convenção de Estocolmo e o Tratado sobre a Proteção da Biodiversidade, também serão respeitados

Indicadores de desempenho: número de instalações certificadas LEED, AQUA ou equivalente (e tipo), número de instalações com certificação PROCEL Edifica, valor monetário de multas por não conformidade com leis e regulamentos, número total de casos de não conformidade com regulamentos e códigos.

5.2.3. Estimular o desenvolvimento de atividades econômicas e melhoria da qualidade de vida

Responsável: Governos Federal, Estadual e Municipal, Rio 2016™

Os Jogos Rio 2016™ funcionam como catalizadores do processo de ampla modernização da infraestrutura e renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro. O estímulo a novas atividades econômicas e a melhoria da qualidade de vida em diversas áreas da cidade está no coração da proposta de transformação sustentável dos Jogos Rio 2016™.

Executadas pelos governos do estado e do município, as obras para os Jogos são custeadas com recursos do governo federal descentralizados pelo Ministério das Cidades por meio de transferências voluntárias feitas com a intermediação da Caixa Econômica Federal – CAIXA, dentro do escopo do PAC (ver box 2).

Abaixo, um sumário de programas e projetos acordados e em fase de, no mínimo, definição de projeto básico até a data da redação deste Plano. A próxima versão do PGS irá detalhar a evolução dos projetos e apresentar a carteira completa.

Indicadores de desempenho: indicadores de custo-benefício social e econômico nas regiões dos principais projetos (escopo do Olympic Games Impact Study – OGI)

RENOVAÇÃO DA REGIÃO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO

Responsável: Governo Municipal

Reestruturação urbana da região portuária por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços públicos, buscando elevar os níveis de qualidade de vida dos atuais e futuros moradores. Manutenção da sustentabilidade ambiental e socioeconômica da região, com integração da área com a região central da cidade e bairros do entorno.

Nos Jogos Rio 2016™, a região portuária será de vital importância. Ali serão construídas vilas para acomodações e centros operacionais e de tecnologia, objetos do Concurso Público Nacional de Estudos Preliminares de Arquitetura e Urbanismo para instalações Olímpicas na região portuária do Rio de Janeiro. A região receberá também navios de cruzeiro, que auxiliarão na hospedagem dos clientes dos Jogos.

Com a renovação da zona portuária, será estabelecido um novo e atraente eixo comercial, cultural e de entretenimento, servindo para reaproximar a cidade do seu Porto, tal como ocorreu em outras cidades do mundo.

As obras da primeira fase do projeto incluem a revitalização da Praça Mauá e melhorias de infraestrutura (novas redes de água, esgoto, energia e telecomunicações), calçamento, iluminação pública, drenagem e arborização dos eixos das Ruas e Avenidas Barão de Tefé, Camerino, Venezuela, Rodrigues Alves e Sacadura Cabral. Também inclui a reurbanização do Morro da Conceição, vias locais, aterramento de rede elétrica e restauração de Patrimônio Histórico - Jardim do Valongo, Cais do Valongo e da Imperatriz e Pedra do Sal.

A segunda fase se dará por meio de Operação Urbana Consorciada da região portuária, implantada pelo poder público na forma prevista na Lei Complementar 101/2009 e na legislação pertinente, aplicando-se todos os controles inerentes à atividade da administração pública, e dispondo das seguintes ferramentas, dentre outras: I - instituição de parcerias entre o Poder Público e o setor privado; II - consórcios públicos; III - utilização de instrumentos de mercado de capitais; IV - instrumentos de política urbana, previstos no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro. V - Construção de novo sistema viário que buscará integrar a área com a área central da cidade e bairros do entorno. O Programa Básico de Intervenções a ser implantado está previsto no Anexo II da Lei Complementar nº 101 (Artigo 10, da Seção II do Capítulo III).

A Lei Complementar n.º 101 de 23/11/2009, que instituiu a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, estabelece ainda a obrigatoriedade das novas construções naquela área seguirem critérios de sustentabilidade.

As obras foram iniciadas em 2010, com conclusão prevista para junho de 2016.

PARQUE CARIOCA

Responsável: governo municipal

Execução de infraestrutura urbana do Parque Carioca – condomínio que será construído para o reassentamento das famílias da Vila Autódromo. Objetivo central do projeto é disponibilizar a área para a duplicação da avenida Abelardo

Bueno, desocupação da Faixa Marginal de Proteção da Lagoa de Jacarepaguá e abertura da área necessária para operação do Parque Olímpico.

A liberação das áreas citadas está condicionada à construção de novas moradias com maior qualidade para os atuais moradores da Vila Autódromo num terreno localizado a 1km de distância da área a ser desapropriada.

Em fase de elaboração de projeto, o início das obras está previsto para o primeiro semestre de 2013.

REURBANIZAÇÃO DO ENTORNO DO ESTÁDIO OLÍMPICO JOÃO HAVELANGE

Responsável: Governo Municipal

Melhorias de infraestrutura na área próxima ao estádio, contemplando urbanização das ruas do entorno imediato; melhoria das redes de drenagem; transferência da subestação de energia que atende ao sistema ferroviário; reurbanização da comunidade Belém-Belém; criação de via para acesso direto da Linha Amarela (ao norte) ao estádio, passando pela área prevista para aquecimento; e viabilização da área para instalação do TV Compound.

O projeto é um esforço conjunto de longo prazo do município e dos governos Estadual e Federal, com a meta de requalificar a região do entorno do Estádio Olímpico João Havelange, melhorando sua acessibilidade e seu sistema viário.

A reurbanização da comunidade Belém-Belém tem por objetivo viabilizar a implantação de nova via de acesso da Linha Amarela, ao norte, através da conexão com as ruas José dos Reis e das Oficinas, até a instalação esportiva, melhorando a qualidade de vida das famílias atingidas, que serão reassentadas com melhor condição de habitabilidade. O projeto atenderá às famílias residentes na comunidade Belém-Belém e àquelas que são ocupantes da área sobre trilhos, por meio de diferentes modalidades de reassentamento, indicadas após cadastramento das famílias e elaboração de diagnóstico do perfil dos moradores.

A nova via para acesso à Linha Amarela (ao norte) e ao estádio, passando pela área prevista para aquecimento, será utilizada tanto pela Família Olímpica e Paralímpica quanto para a chegada e saída de atletas da área de aquecimento.

O projeto contempla também a melhoria da rede de drenagem com a finalidade de eliminação de pontos de alagamento na região. Inclui a condução da água de chuva por galeria retangular fechada ao longo da rua José dos Reis até o Rio Faria, com benefício direto das ruas: Arquias Cordeiro, Rua das Oficinas, Dr. Padilha, José dos Reis, Rua da Abolição, Benício de Abreu, General Clarindo, Bento Gonçalves e Dona Eugênia. De acordo com o projeto, as águas coletadas pelas galerias irão desaguar no Rio Faria, para que o Rio dos Frangos, corpo d'água mais próximo do estádio, não seja sobrecarregado. As águas drenadas pela rua Dr. Padilha desaguam no rio Méier e este (rio) deságua no Rio Farias

O projeto de requalificação de calçadas e vias que compõe o anel viário no entorno do Estádio Olímpico João Havelange, abrange as ruas das Oficinas, Rua Dr. Padilha, José dos Reis e Arquias Cordeiro.

As obras foram iniciadas em 2011 e a conclusão está prevista para julho de 2015.

URBANIZAÇÃO DO ENTORNO DO MARACANÃ

Responsável: Governo Municipal

A área é vizinha ao estádio do Maracanã e necessita de grande reestruturação urbana para o recebimento dos Jogos Rio 2016™. O redesenho viário do entorno facilitará o acesso ao estádio, assim como sua conexão com o bairro de São Cristóvão e à avenida Brasil.

O projeto consta no rol das intervenções definidas como de Reordenamento Urbano e inclui construção de unidades habitacionais e equipamentos comunitários no Complexo da Mangueira, Favela do Metrô e arredores. O projeto abrange a relocação da favela do Metrô, situada à avenida Radial Oeste (728 domicílios e 119 comércios), com consequente reorganização do sistema viário na área remanescente e construção do centro comercial para fomento de atividades no local.

Inclui também a recuperação de dois prédios situados à Rua Visconde de Niterói (anteriormente utilizados pelo IBGE) para implantação da Praça do Conhecimento, voltada para difusão de conteúdos digitais (conjunto de programas compreendendo Biblioteca, módulo de cinema e módulo de inclusão digital com salas profissionalizantes de informática, fotografia e videoteca),

e do Edifício Multiuso para realização de ações de geração de emprego e renda (através de diversas parcerias realizar cursos profissionalizantes, técnicos e de empreendedorismo e instalação de incubadoras de empresas). O projeto engloba também a construção de um parque linear, onde estará situado um polo automotivo e áreas arborizadas e multiuso destinadas ao lazer.

O projeto está definido para assegurar um legado social para a comunidade da Mangueira, com avanços nas áreas de infraestrutura e qualificação urbana que devem alavancar economicamente a região, com grande potencial turístico (Escola de Samba) e logístico (proximidade ao Centro).

Em suma, trata-se da estruturação da região com melhor sistema de circulação e conexão aos sistemas de transporte público. Incremento da população residente em área de localização privilegiada.

Em fase de projeto básico, as obras estão previstas para serem iniciadas em abril de 2013 e finalizadas em abril de 2014.

PASSEIO OLÍMPICO

Responsável: Governo Municipal

A região onde será instalado o Parque Olímpico da Barra da Tijuca terá não apenas durante os Jogos, mas também após sua realização, um papel fundamental para a integração dos espaços circundantes, que embora próximos, são bastante fragmentados, dissociados entre si e com um tecido urbano esgarçado, característico do Plano Urbanístico da Barra da Tijuca.

No bairro há pouca ou quase nenhuma integração entre as partes, que funcionam como se fossem autônomas umas das outras, forçando o uso de automóveis e aumentando a sensação de insegurança nas áreas públicas ruas e praças, inclusive pelo fato de muitos deles serem cercados por grades. Neste contexto, as calçadas existentes não são tratadas ou são estreitas, já que o hábito de andar a pé não é estimulado.

O projeto *Last Mile* do Parque Olímpico – ou “Passeio Olímpico” - visa à integração entre os eixos de transporte; a recomposição paisagística e espacial, com valorização da natureza local e renaturalização da paisagem.

Área de intervenção: 400.000m²

Projeto em fase inicial. Previsão de início de obras no segundo semestre de 2013.

PARQUE MADUREIRA

Responsável: Governo Municipal

O Parque Madureira está situado no bairro de mesmo nome, na Zona Norte da cidade. Com 93.553,79m², numa área de intervenção que atinge os 108.870,32m², é o terceiro maior parque urbano da cidade e o primeiro parque público do Brasil a ter conteúdo e projeto certificados pelo selo AQUA, de construção sustentável.

Seu terreno tem cerca de 60m de largura por 1.350m de extensão, resultante da compactação de linhas de transmissão de energia (concessionária Light). Estas linhas atualmente ocupam uma faixa de 50m junto ao ramal ferroviário da Supervia.

O parque se divide em cinco grandes setores que oferecem diversas opções de lazer, esporte e cultura, como: Praça do Samba, Nave do Conhecimento, lagos, jardins sensorial e botânico, mirante, Centro de Educação Ambiental/ Administração; Arena Carioca, pista de skate e quadras de esporte. Também ficam no parque a Inspetoria da Guarda Municipal e a Estação de Tratamento de Esgoto.

O acesso ao parque é possível através de linhas locais e alimentadoras da Transcarioca.

O Parque foi inaugurado em setembro de 2012.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC) 1 E 2

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 1 e 2, do Governo Federal, garante recursos para obras de infraestrutura de saneamento e desenvolvimento social em toda a região metropolitana e na cidade do Rio de Janeiro. Algumas delas estão previstas na matriz de responsabilidade dos Jogos Rio 2016™ e serão executados pelo estado e pelo município.

Criado em 2007, o PAC foi pensado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país. Desde então, tem contribuído de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e para a geração de renda.

Nos primeiros quatro anos de implantação, o PAC ajudou a dobrar os investimentos públicos brasileiros (de 1,62% do PIB em 2006 para 3,27% em 2010), contribuindo para manter ativa a economia brasileira durante crise financeira mundial entre 2008 e 2009.

Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase, com recursos adicionais para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras. Os objetos de contratos com os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro abrangem obras de:

- Drenagem urbana sustentável
- Resíduos sólidos urbanos
- Saneamento ambiental urbano
- Habitação de interesse social
- Urbanização, regularização e integração de assentamentos precários
- Fortalecimento da gestão urbana
- Reabilitação de áreas urbanas centrais
- Revitalização de bens do patrimônio histórico nacional
- Mobilidade urbana;
- Trilhos urbanos

5.3. CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

5.3.1. Minimizar os impactos sobre os ecossistemas existentes nas instalações Olímpicas e Paralímpicas e seu entorno imediato

Como parte do planejamento geral do Rio 2016™ estão sendo desenvolvidos planos de sustentabilidade que contemplam a adoção de medidas adequadas e pertinentes ao contexto ambiental específico de cada uma das regiões dos Jogos . Desta forma, embora não seja possível estabelecer um paralelismo entre todos os projetos, existem diretrizes gerais aplicáveis a todas as obras e grandes programas dedicados às duas principais áreas dos Jogos, conforme descrito abaixo:

Diretrizes gerais

As obras de construção das novas instalações esportivas para os Jogos Rio 2016™ não estão sujeitas, por seu porte e características, à realização de estudo prévio de impacto ambiental (Resolução CONAMA Nº 001 de 23 de janeiro de 1986), sendo suficiente o licenciamento ambiental junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC.

Entretanto, estudos com vistas a minimizar o impacto dos Jogos foram realizados para todas as novas instalações, incluindo avaliação de contaminação do solo, inventário de espécies (fauna e flora), levantamentos hidrogeológico e de qualidade e contaminação da água.

Todos os projetos tiveram como premissa a preservação máxima de manchas de vegetação existentes, minimizando transplantes e remoções, e a utilização do inventário de espécies realizado nos terrenos como referência para os projetos paisagísticos. Plantios de espécies nativas serão a base dos projetos paisagísticos de forma a recuperar ambientalmente trechos dos terrenos que hoje se encontram descaracterizados, degradados e/ou deteriorados.

REGIÃO BARRA (PARQUE OLÍMPICO)

Responsável: Governo Municipal

- Reflorestamento de mangue da faixa lindeira da lagoa
- Construção de suporte ecológico com o plantio de espécies nativas considerado no projeto de paisagismo
- Manutenção de marcos naturais remanescentes

- Recuperação ecológica e funcional do sistema lagunar de Jacarepaguá
- Integração ecossistêmica e criação de corredor ecológico entre as unidades de conservação Parque Nacional da Tijuca e o Parque Estadual da Pedra Branca

REGIÃO DE DEODORO

- Reflorestamento de áreas degradadas
- Saneamento ambiental com obras de drenagem pluvial, ampliação das redes de abastecimento de água e de coleta de esgotamento sanitário
- Implantação de arborização de vias e paisagismo com espécies nativas integrando a zona dos Jogos com o entorno

Indicadores de desempenho: localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas; número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção.

5.3.2. Recuperação ambiental dos corpos hídricos nas regiões dos Jogos

Os Jogos Rio 2016™ irão acelerar a implantação e, em alguns casos, o lançamento de importantes projetos de recuperação ambiental de áreas ecologicamente sensíveis, com destaque para melhoria e manutenção da qualidade da água dos rios, praias e lagoas da cidade.

Entre os principais projetos, destacam-se os planos de despoluição da Baía de Guanabara e do Sistema Lagunar de Jacarepaguá, consolidando compromissos assumidos pela União, pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo Município do Rio de Janeiro para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Indicadores de desempenho: litros de esgoto tratado/segundo; índices de balneabilidade.

PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DA BAÍA DE GUANABARA

Responsável: Governo Estadual, CEDAE, SEA

O Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) foi criado no início da década de 1990 pelo governo estadual com a finalidade de planejar e coordenar um conjunto de ações visando o cuidado com as águas da Baía de Guanabara.

O programa foi concebido para elevar as condições sanitárias e ambientais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, impedindo o lançamento inadequado de esgotos na Baía e melhorando a qualidade de vida da população local. Em suas fases iniciais, previa somente pré-tratamento e tratamento primário nas estações de esgotos, com um fator de redução de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) de 30%.

Na sua fase atual, agrega tratamento secundário em todas as estações de tratamento de esgoto, elevando o fator de redução de DBO a 92%.

Entre os principais projetos da carteira do PDBG em processo de licitação para execução das obras e conclusão prevista até 2016 estão: a ampliação do tratamento secundário (compra e montagem de equipamentos) da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Alegria; a construção de tronco coletor de esgoto na bacia do Mangue e na bacia dos rios Faria Timbó e Manguinhos; saneamento básico do Complexo da Maré e substituição de redes de esgoto.

A implantação e reforma de ecobarreiras (barreiras físicas para conter o lixo flutuante nos corpos hídricos) e ecopontos (pontos para recebimento de material reciclável retirados das ecobarreiras e/ou doados pelos moradores da região) em rios que desaguam na Baía de Guanabara também contribui para a recuperação da qualidade das águas da mesma.

Mais detalhes podem ser obtidos em: <http://www.cedae.com.br/raiz/002020.asp>

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DO SISTEMA LAGUNAR DE JACAREPAGUÁ

Responsável: Governo Estadual (CEDAE e SEA) e Governo Municipal

As ações de recuperação ambiental do Sistema Lagunar de Jacarepaguá combinam obras de saneamento e desassoreamento, de responsabilidade do governo estadual, com obras de macrodrenagem da bacia, de responsabilidade do governo municipal.

O Programa de Saneamento da Bacia de Jacarepaguá visa implantar sistemas completos de esgotamento sanitário na Barra da Tijuca, em Jacarepaguá e no Recreio dos Bandeirantes, prevendo a instalação de troncos coletores, assentamento de linhas de recalque, construção e reforma de estações elevatórias de esgoto. Mais detalhes podem ser obtidos em <http://www.cedae.com.br/raiz/002022.asp>

As obras de desassoreamento compreendem a dragagem de 6 milhões de m³ do Complexo Lagunar de Jacarepaguá (Lagoas de Jacarepaguá, Camorim, Tijuca e Marapendi), a ampliação em 180m do quebra-mar no canal de Joatinga, bem como a implantação e recuperação de manguezal nas margens destas lagoas e a construção de uma ilha-parque na lagoa da Tijuca com os sedimentos dragados (acondicionados em geotubos).

Já as obras de macrodrenagem da bacia de Jacarepaguá visam a eliminação dos riscos de inundação e suas consequências em área de baixada onde se realizarão os Jogos ou por onde passam vias importantes para a mobilidade durante os Jogos. Estão previstas ações de correção das seções dos cursos d'água da região e da adoção de medidas compensatórias com vistas a mitigar os efeitos da urbanização sobre os processos hidrológicos.

Haverá ainda melhoria das condições sanitárias e ambientais da região, no que se refere a doenças de veiculação hídrica, através da redução de enchentes, do controle de vetores e da redução de lançamentos de efluentes nos cursos d'água, com o consequente impacto na qualidade do sistema lagunar. Ações de ordenamento do uso do solo, com a preservação das faixas marginais de proteção, complementam o programa.

UNIDADES DE TRATAMENTO DE RIOS (UTRS)

Responsável: Governo Estadual (INEA) e Governo Municipal (Rio-Aguas)

O Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, e o Município do Rio de Janeiro, através da Fundação Rio-Águas, estudam a Implantação de UTRs na Baía de Guanabara e no Sistema Lagunar de Jacarepaguá.

Isto porque os investimentos previstos em sistemas de esgotamento sanitário, tanto em coleta como em tratamento, são de lenta maturação, de forma que a despoluição das águas da Baía de Guanabara e no Sistema de Jacarepaguá só estaria completa em uma ou duas décadas.

Os estudos de alternativas para reduzir drasticamente a carga poluidora que desemboca na Baía de Guanabara e no Sistema Lagunar de Jacarepaguá demonstram que a melhor opção para atender ao compromisso assumido de despoluição no curto/médio prazo é implantar:

- 8 Unidades de Tratamento de Rio para a despoluição da Baía de Guanabara. A Baía da Guanabara tem vazão de chegada entre 100 a 110 m³/s de todos os cursos de água que ali desembocam. A proposta é construir UTRs com uma vazão total de 42,65 m³/s, em oito cursos de água que correspondem entre 80 a 85% de toda a carga poluidora que chega na Baía.
- 4 Unidades de Tratamento de Rio – UTR para a despoluição do Sistema Lagunar da Barra da Tijuca. A proposta é construir UTRs com uma vazão total de 6,25 m³/seg, que correspondem a 90% da carga poluidora da vazão de chegada.

É importante destacar que a possível implantação das UTRs, em momento algum substitui a continuidade da implantação e ampliação dos sistemas de esgotamento sanitário no município do Rio de Janeiro e dos demais municípios da Região Metropolitana.

REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL DA LAGOA RODRIGO DE FREITAS

Responsável: Governos Estadual e Municipal, parceria privada

A falta de investimento em infraestrutura sanitária nos últimos 30 anos levou a uma situação crítica no que se refere às contribuições de esgotos para o corpo hídrico da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Como forma de reverter o quadro, desde 2006, a CEDAE vem realizando intervenções com o objetivo de proporcionar melhorias nos sistemas de esgotos da bacia da Lagoa Rodrigo de Freitas e de algumas praias da Zona Sul, através da construção e/ou substituição de redes coletoras de esgoto, estações elevatórias de esgoto, linhas de recalque (tubulação que recebe o esgoto pressurizado após as estações elevatórias de esgoto) e identificação e eliminação de ligações clandestinas.

Em paralelo, foi criado o Projeto Lagoa Limpa, parceria que une os governos estadual (SEA, INEA, CEDAE) e municipal (COMLURB, SMAC, Rio-Águas, Fundação Parques e Jardins) ao grupo privado EBX. Apesar de ter foco na despoluição do corpo lagunar, o Projeto Lagoa Limpa é bastante abrangente, pois também visa a implementação de ações que resultem em uma melhoria de toda a bacia hidrográfica, compreendendo a implantação de ações estruturantes de gestão de resíduos sólidos, dragagem de pontos críticos de assoreamento, revisão e modernização do sistema de esgotamento sanitário, revitalização dos rios Macacos e Cabeça, identificação e eliminação de ligações clandestinas e monitoramento da qualidade de água para verificação dos resultados obtidos.

Resultados de recuperação ambiental já foram constatados, através, por exemplo, da queda do indicador “coliformes fecais por mililitro de água (nmp/ml)”, que saiu de aproximadamente 16.000 nmp/ml em 2006 para 1.300 nmp/ml em 2008 e, na sequência, caiu para 400 nmp/ml em 2009 (água própria para o contato secundário, segundo a Resolução CONAMA 357/2005, para água salobra Classe 2). Dados do monitoramento contínuo dos anos de 2011 e 2012 mostram estabilização desta condição.

OUTROS PROJETOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE CORPOS HÍDRICOS

Canal do Fundão e entorno: de responsabilidade do governo estadual, o programa, já concluído, consistiu na revitalização da Ilha do Fundão e recuperação da circulação das águas do Canal do Fundão e do Cunha, através de dragagem de sedimentos, urbanização e paisagismo na Ilha do Fundão, recuperação de 165.000 m² de manguezal, obras de saneamento e urbanização na vila residencial do Fundão; aumento da profundidade do leito do Canal do Fundão nas áreas de instalação dos estaleiros do Caju; educação ambiental para comunidades no entorno, construção de ponte estaiada interligando a Ilha do Fundão à Linha Vermelha, construção de acesso viário de saída para a região norte da Ilha do Fundão.

Rio Iguaçu: controle de inundações nas bacias dos rios Iguaçu, Botas e Sarapuí, através da recuperação ambiental, dragagem dos rios, implantação de urbanização e reassentamento de famílias ribeirinhas em novas unidades habitacionais. Execução de obras de mesodrenagem em 23 valões na Baixada Fluminense e em Bangu, com reassentamento de famílias. Em execução pelo governo estadual.

Rio Marangá: realização de intervenções pelo governo municipal no Rio Marangá para proteger a calha do rio contra erosões; evitar a aceleração do escoamento para jusante; valorizar o curso d'água e seu entorno e controlar enchentes na região. Contempla projeto de urbanização com inclusão de área de lazer em cerca de 500m de extensão (Parque Linear). Em fase de projeto básico, as obras devem estar concluídas até a data de abertura dos Jogos Rio 2016™.

Praça da Bandeira: a região da Praça da Bandeira possui importância estratégica para os Jogos por ser a principal ligação viária entre as instalações existentes na Zona Maracanã. O projeto, de responsabilidade do governo municipal, visa controlar as cheias e dar melhor funcionalidade aos sistemas de drenagem e esgotamento sanitário existentes na região da avenida Maracanã, no entorno do estádio, Praça da Bandeira e avenida Paulo de Frontin. Consta do projeto a construção de quatro reservatórios de amortecimento de cheias e o desvio e adequação do curso do rio Joana, com redução de vazão da ordem de 100m³/s, para um período de retorno de 25 anos, mitigando de forma significativa as enchentes na bacia hidrográfica de forma global e não apenas na Praça da Bandeira. Inclui também a construção de galeria retangular pela rua Felipe

Camarão, a construção da galeria de reforço do rio Joana, entre a Praça Niterói e a Praça Emílio Garrastazu Médici e a implantação da calha de projeto do rio Trapicheiros, entre o leito da Supervia e o seu deságue no rio Maracanã, bem como canal extravasador com deságue direto na Baía da Guanabara. Iniciadas em maio de 2012, as obras devem estar concluídas em julho de 2014.

Ampliação do Programa de Reaproveitamento de Óleos Vegetais do Estado do Rio de Janeiro (Prove), de responsabilidade do governo estadual: a maior parte do óleo vegetal usado na preparação dos alimentos costuma ser jogado fora em pias/ralos ou descartado em terrenos baldios/lixões, causando sérios problemas ao sistema de saneamento (entupindo tubulações e danificando equipamentos) e poluindo rios e lagoas, pois cada litro de óleo despejado na pia tem capacidade para poluir cerca de um milhão de litros de água. Desta forma, a ampliação da coleta de óleo vegetal usado que pode ser reciclado (usado na fabricação de sabão ou biodiesel) é somada aos esforços de recuperação de corpos hídricos.

Ampliação da implantação de ecobarreiras: o descarte de resíduos sólidos de forma inadequada no solo ou diretamente nos corpos hídricos é um fator maior de poluição ambiental dos rios. O governo do estado vem investindo na retirada deste lixo flutuante dos corpos hídricos, através de barreiras físicas, as ecobarreiras, que fazem a contenção dos mesmos.

5.3.3. Reforçar/acelerar programas de proteção, conservação, restauração e recuperação ambiental

PROGRAMA JOGOS LIMPOS

Responsável: três níveis de governo, parceiros privados e do terceiro setor.

Os Jogos funcionam como catalizador de importantes projetos de conservação, restauração e recuperação ambiental, em torno do Programa Jogos Limpos. Para integrar as atividades das diversas instituições nos diferentes escalões de governo, foi criado um subgrupo temático específico dentro do Grupo de Trabalho de Sustentabilidade¹².

¹² Composto por integrantes do Rio 2016™, da APO e dos três níveis de governo

O Programa Jogos Limpos é uma iniciativa do Governo de Estado do Rio de Janeiro, por meio do Instituto Estadual do Ambiente e da Secretaria Estadual do Ambiente, e conta ainda com as seguintes parcerias:

- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Agrobiologia
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro – PESAGRO RIO
- Programa Rio Rural vinculado à Secretaria Estadual de Agricultura e Pecuária - SEAPEC
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Serviços – SEDEIS (por meio da Agência de Fomento do Estado - Investe Rio)
- Escritório de Gerenciamento de Projetos/ Casa Civil – EGP
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- Exército Brasileiro
- Associação Mico-Leão-Dourado
- Fundação SOS Mata Atlântica
- Instituto Terra de Preservação Ambiental
- Fundação Santa Cabrini

A coordenação do programa tem o apoio técnico do Escritório de Gerenciamento de Projetos da Casa Civil do Governo de Estado (EGP), no planejamento e acompanhamento quinzenal do cronograma de execução.

Além do objetivo central e primordial de restauração florestal em áreas de Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, o programa se conecta diretamente às ações de sustentabilidade dos Jogos, uma vez que será o principal instrumento de compensação das emissões residuais de carbono.

A primeira fase do Programa Jogos Limpos, já em curso, contempla medidas preliminares de configuração e estruturação, dentre as quais destacam-se:

- criação de um conselho consultivo e deliberativo para acompanhar o Projeto e prover um ambiente de cooperação e transparência entre os diferentes atores
- estimativa preliminar das emissões de carbono resultantes da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos
- criação de um banco de áreas aptas a restauração florestal
- levantamento de parceiros técnicos e financeiros
- normatização das ações de restauração
- levantamento dos viveiros florestais

A segunda fase, de consolidação e execução dos projetos, será estruturada em torno das seguintes ações:

- fomento aos viveiros florestais
- capacitação de mão de obra
- produção de mudas
- execução dos plantios
- monitoramento dos plantios

Como resultado do Programa Jogos Limpos espera-se:

- a conversão de áreas antropizadas em estágios iniciais da regeneração ecológica de ecossistemas associados do bioma Mata Atlântica
- a conservação do bioma Mata Atlântica
- o aumento e o fortalecimento da produção de mudas nativas (incentivo à manutenção de 15 viveiros municipais nas Regiões Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro, bem como dos demais já existentes a partir de encomendas que garantam a maior capacidade de produção e de forma antecipada)
- o fomento a heveicultura (produção de aproximadamente 2,6 milhões de mudas de seringueiras até dezembro de 2015)
- o favorecimento da produção sustentável (fomento a plantios consorciados de nativas com espécies de interesse comercial a partir de produtos não madeireiros)
- a identificação de árvores matrizes fornecedoras de sementes (especialização e reconhecimento sistemático)
- o incremento econômico da produção rural (restauração florestal com o emprego de espécies de interesse comercial e redução dos gastos referentes a restauração e adequação ambiental da propriedade)
- a adequação ambiental de inúmeras propriedades (apoio a especialização e trâmite para averbação da reserva legal e áreas de preservação permanente junto à matrícula do imóvel em seu respectivo registro geral de imóveis)
- a capacitação de mão de obra - no mínimo, serão capacitados 240 (duzentos e quarenta) profissionais em três módulos de uma semana cada, totalizando 96 horas:
 - **Módulo 1** – Procedimentos para marcação de matrizes, coleta, beneficiamento, secagem e armazenamento de sementes florestais
 - **Módulo 2** – Produção e destinação de mudas de espécies florestais
 - **Módulo 3** – Avaliação da paisagem para definição de estratégias de restauração florestal e elaboração de projetos executivos

- a geração de empregos: pelo menos 2 mil postos diretos gerados em ações de limpeza e delimitação de áreas de plantio, marcação de árvores matrizes provedoras de sementes, coleta e beneficiamento de sementes, produção de mudas, plantio, manutenção e monitoramento das áreas a serem restauradas
- a manutenção de áreas produtoras de água (a partir da restauração da mata ciliar)
- a minimização dos processos de assoreamento de rios (restauração da mata ciliar)
- a conservação da paisagem (conexão de fragmentos florestais isolados);
- a manutenção da biodiversidade (ampliação das áreas circundantes de unidades de conservação)
- a divulgação de boas práticas ambientais (a partir das inúmeras ações de capacitação e assessoria técnica)

PROGRAMA RIO CAPITAL VERDE

Responsável: Governo Municipal

Programa de recuperação ambiental de áreas degradadas realizado por empresas especializadas terceirizadas. Prevê execução de reflorestamento e, através de programa de caráter comunitário (e em regime de mutirão que envolve comunidades organizadas por meio das associações de moradores), assegura atividades de plantio e manutenção que ocorrem sob orientação e fiscalização do poder público.

Iniciado há 25 anos através do “Programa Mutirão Reflorestamento” tem promovido o reflorestamento das encostas da cidade do Rio de Janeiro. Até o final de 2011, a estimativa era de 2.509 ha plantados graças ao programa, com utilização de 5.250.000 mudas.

Para a ampliação das metas de plantio, o Programa Mutirão Reflorestamento passou a integrar o novo programa Rio Capital Verde, com a ampliação de novas frentes de reflorestamento por mutirão e a contratação de empresas especializadas para a execução de reflorestamento.

No reflorestamento de encostas são utilizadas em torno de 150 espécies arbóreas sendo, em sua maioria, nativas da Mata Atlântica. Tais mudas são produzidas em cinco viveiros florestais. Em conjunto, essas unidades alcançam um potencial

de produção superior a 1.000.000 mudas/ano. Está em fase de construção o viveiro da Colônia Juliano Moreira.

A meta do Programa Rio Capital Verde é o reflorestamento de 1.600 hectares até 2016.

Indicadores de desempenho: hectares plantados/ano.

5.3.4. Expandir monitoramento da qualidade do ar e da água nas regiões dos Jogos

Responsável: Governos Estadual e Municipal

A expansão do sistema de monitoramento da qualidade do ar e da água nas quatro regiões dos Jogos fazem parte dos compromissos assumidos pela União, pelo Estado do Rio de Janeiro e pelo Município do Rio de Janeiro para a realização dos Jogos Rio 2016™.

As ações acordadas até o momento incluem:

Adequação e ampliação da rede de monitoramento da qualidade do ar, de responsabilidade do governo estadual (INEA), com o objetivo de medir continuamente as concentrações de poluentes, em especial os níveis de partículas inaláveis e ozônio, além do acompanhamento das condições meteorológicas nas regiões dos Jogos.

Contratação, por parte do governo estadual (INEA), de serviço terceirizado para operação de rede de monitoramento de ruído nas áreas de abrangência das instalações olímpicas, com acompanhamento das obras de infraestrutura e das condições das vias de tráfego já existentes, que farão a ligação entre os locais dos Jogos.

Acompanhamento de qualidade das águas e implantação do monitoramento oceanográfico na faixa costeira. O governo estadual (INEA) é responsável pela modernização e ampliação do monitoramento sistemático das praias compreendidas entre as Zonas Oeste e Sul do município do Rio de Janeiro, com destaque para as praias de Copacabana, Leme e Flamengo, incluídas como áreas de competição Olímpica. A Autoridade Pública Olímpica (APO) vai firmar convênio com a Marinha do Brasil, para encarregá-la do monitoramento dos dados oceanográficos necessários para a realização dos

Jogos Rio 2016™. O governo municipal, por seu lado, realiza o monitoramento contínuo da qualidade da água da Lagoa Rodrigo de Freitas, através de cinco estações amostrais e dos canais e rios ligados à Lagoa.

Indicadores de desempenho: número e localização das novas unidades de monitoramento instaladas.

5.4. GESTÃO DE RESÍDUOS

5.4.1. Desativar e iniciar recuperação ambiental dos lixões e implantar sistema integrado de tratamento de resíduos sólidos

Responsável: Governos Estadual e Municipal

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (lei federal nº 12.305 de agosto de 2010) prevê a desativação de todos os lixões do país até 2014, bem como sua substituição por aterros sanitários. A mesma lei torna obrigatória, para todos os municípios, a elaboração de Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, que inclui tratamento do lixo e reciclagem.

A nova Central de Tratamento de Resíduos (CTR) do Rio de Janeiro, de responsabilidade do governo municipal, localizada em Seropédica e construída de acordo com modernas tecnologias de engenharia sanitária e ambiental (ver box 3), começou a funcionar em abril de 2011. Em junho de 2012, com o fechamento de Gramacho e Gericinó, o CTR passou a receber 100% do resíduo sólido do município do Rio de Janeiro, cerca de 9.000 toneladas/dia. Até 2016, o CTR será completado por sete estações de transferência, das quais quatro (Jacarepaguá, Caju, Marechal Hermes e Santa Cruz) já estão em operação.

A recuperação ambiental de Gramacho, de responsabilidade do governo municipal, tem por base um sistema inédito no Brasil de processamento e beneficiamento de biogás que, purificado, pode atingir o padrão calorífico do gás natural podendo ser vendido para a Petrobrás para ser usado como gás de processo na refinaria Duque de Caxias.

Este projeto está inserido no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, estabelecido pelo Protocolo de Quioto, o qual permite a venda de créditos de carbono, cuja receita será partilhada entre a concessionária, a COMLURB, e um fundo de valorização

do bairro de Jardim Gramacho. Durante os próximos 15 anos, prazo da concessão para exploração do biogás do aterro, a concessionária terá sob sua responsabilidade a manutenção da segurança da área, o monitoramento geotécnico e ambiental, o controle dos assentamentos do solo, a preservação da estanqueidade do aterro em relação aos recursos hídricos em seu entorno, a conformação dos taludes e a implantação de cobertura vegetal em toda a sua superfície.

O encerramento da operação do aterro de Gramacho representou o fim da única fonte de renda de uma população estimada de 1,7 mil catadores, que dali, durante anos, tiraram recursos para sua sobrevivência e de suas famílias. Quando do fechamento de Gramacho, a COMLURB pagou em parcela única os recursos do Fundo dos Catadores, que originalmente seriam pagos ao longo de 15 anos, distribuídos equitativamente entre os catadores constantes de uma relação validada pelas lideranças dos mesmos.

A remediação ambiental de 75 vazadouros clandestinos situados no entorno de Gramacho é responsabilidade do governo estadual, bem como a recuperação ambiental de mangue no entorno do bairro, a construção de uma cerca de proteção para a área do mangue e de ciclovia asfaltada junto da cerca.

Indicadores de desempenho: % de resíduos sólidos da cidade com destinação adequada (obedecendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos)

CTR DE SEROPÉDICA

Tecnologias utilizadas

Entre as principais tecnologias empregadas pela CTR Seropédica estão a tripla camada de impermeabilização do solo feita com mantas reforçadas de polietileno de alta densidade (PEAD) e sensores ligados a um software que indica qualquer anormalidade no solo. Além disso, no local, o chorume, líquido resultante da decomposição dos resíduos, vai ser tratado e transformado em água de reuso; o biogás será transformado em energia em um projeto dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que proporcionará ainda a obtenção de créditos de carbono.

BIOGÁS

Composto por cerca de 50% de metano, o biogás é um dos principais poluentes gerados pela decomposição do lixo, colaborando para o efeito estufa. Na CTR, esse passivo será transformado em ativo econômico. O biogás pode ser levado a uma usina de geração de energia ou ser tratado e purificado para ganhar propriedades semelhantes às do gás natural, para comercialização.

Para a geração de energia, o gás captado no aterro é altamente inflamável, podendo ser usado como combustível para equipamentos de geração de energia. O aproveitamento bioenergético previsto para ser desenvolvido na CTR terá capacidade de gerar 30 MW de energia quando o empreendimento estiver em pleno funcionamento, o que corresponde à iluminação de uma cidade de 200 mil habitantes.

DO CHORUME À ÁGUA DE REUSO

O tratamento do chorume, um dos principais passivos da má gestão de aterros sanitários, também ganha tecnologia inovadora com a implantação da CTR, transformando o líquido tóxico em água de reuso.

5.4.2. Alinhar e implantar os planos de gestão de resíduos de todas as construções, garantindo manejo e tratamento final adequado

Responsável: Governos Estadual e Municipal, Rio 2016™

Na fase de projeto, demolição e construção, as seguintes diretrizes de gestão de resíduos serão adotadas:

- Recuperação de material de demolição para reutilização e/ou reciclagem.
- Utilização de material reciclado e/ou agregados secundários para a construção de espaços de estacionamento e infraestrutura de grande porte.
- Garantia contratual de uma taxa alta de recuperação de materiais de desmontagem de estruturas provisórias durante a transição e no pós-Jogos.

Todas as construções integrantes do Programa Olímpico e Paralímpico Rio 2016 terão seus Planos de Gestão de Resíduos aprovados e acompanhados através dos procedimentos de licenciamento ambiental, seguindo a legislação federal e municipal que tem como objetivo a redução, reuso, reciclagem e destinação final adequada dos resíduos.

Indicadores de desempenho: peso total de resíduos, por tipo e método de disposição; peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia (anexos I, II, III e VIII da referida Convenção), e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.

5.4.3. Gestão e tratamento responsável dos resíduos sólidos das operações dos Jogos

Responsável: Rio 2016™

A gestão de resíduos é sem dúvida um dos elementos mais visíveis do programa de sustentabilidade. O Rio 2016™ reconhece o potencial dos Jogos em demonstrar que a gestão adequada dos resíduos, desde o planejamento até o legado, traz benefícios concretos, tanto financeiros quanto ambientais.

Um evento do porte e repercussão dos Jogos é uma oportunidade ímpar para implantar sistemas, melhorar

infraestruturas e estabelecer padrões operacionais que possibilitem reduzir a quantidade de resíduos gerada e maximizar a reutilização e reciclagem.

Outra prioridade é usar atividades educativas, culturais e oportunidades de comunicação com o público para promover estilos de vida baixa produção de resíduos e incentivar a adoção de hábitos de coleta seletiva e reciclagem.

A hierarquia abaixo, organizada por ordem de preferência ambiental, é premissa para a gestão e manejo de resíduos dos Jogos:

- Reduzir
- Reutilizar
- Reciclar e/ou destinar para compostagem, criando oportunidades de geração de renda para catadores
- Usar novas tecnologias para recuperar energia
- Enviar para centro de tratamento de resíduos
- Incineração convencional

Para garantir o sucesso da implantação de tal premissa, critérios de minimização, reuso, reciclagem são definidos pelo Rio 2016™ nos momentos iniciais do planejamento das aquisições das áreas geradoras de resíduos. Por exemplo, as embalagens e utensílios usados pelos serviços de alimentação serão definidos a partir de critérios que facilitem a redução da geração de resíduos e a reciclagem. A carteira de materiais utilizados para ambientação e “look” dos Jogos também estará alinhada aos princípios de reutilização e reciclagem.

O Rio 2016™ está trabalhando na elaboração de um Plano Modelo de Gestão de Resíduos, o qual vai estabelecer estratégias para segregação, manejo e logística de transporte dos resíduos nas instalações Olímpicas e Paralímpicas. Esse documento servirá de base para a elaboração de planos individuais por instalação. Metas mensuráveis para reutilização e reciclagem serão estabelecidos e comunicados amplamente por ocasião da próxima versão deste Plano de Gestão da Sustentabilidade.

Indicadores de desempenho: peso total de resíduos, por tipo e método de disposição; peso de resíduos transportados,

importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia (anexos I, II, III e VIII da referida Convenção) e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.

5.4.4. Gestão e tratamento responsável de resíduos sólidos corporativos.

Responsável: Rio 2016™

O Rio 2016™ adota em seus escritórios as mesmas premissas de redução, reutilização e reciclagem estabelecidas para as operações dos Jogos. O programa de gerenciamento de resíduos para a sede do Rio 2016™ está em conformidade com a legislação ambiental vigente e busca as melhores alternativas para dispor os resíduos com base na NBR 10004.

Indicadores de desempenho: peso total de resíduos, por tipo e método de disposição; peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia (anexos I, II, III e VIII da referida Convenção), e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.



© Erika de Barros Pinto

Pessoas

6

Pessoas: Jogos para todos

Um dos objetivos estratégicos do Plano de Gestão da Sustentabilidade Rio 2016™ é assegurar mecanismos para que sejam organizados Jogos inclusivos, que garantam um balanço social positivo para a população em geral.

Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos são, acima de tudo, uma celebração para os atletas. No entanto, o poder de inspiração e a capacidade de encantar e mobilizar os torna poderosos como instrumento de integração entre as pessoas e os povos.

Os Jogos Rio 2016™ se integrarão à sociedade brasileira através de programas educativos, culturais, de criação de empregos, de oportunidades de voluntariado, de programas de formação e de reciclagem profissional e de projetos visando a integração de jovens em comunidades carentes.

Uma das prioridades, essencial à estratégia dos Jogos Rio 2016™, é atingir a juventude do mundo inteiro, buscando promover a sua identificação com os valores Olímpicos e Paralímpicos. Em especial, permitindo que esses valores cheguem a milhões de crianças e jovens em idade escolar no Estado do Rio de Janeiro, no Brasil e em toda a América do Sul.

O que se espera é realmente alcançar a transformação através do esporte, consolidando na prática um dos mais importantes pilares estratégicos dos Jogos Rio 2016™. Há a convicção do papel do evento como um fator positivo de mudança social, que hoje já ocorrem de modo concreto e estão refletidas, por exemplo, em melhorias na segurança, com a queda sustentada dos índices de criminalidade e a criação de novos sistemas e novas competências de suporte à segurança pública.

Os Jogos representam uma oportunidade única para que o Rio de Janeiro dê um salto de qualidade em relação à infraestrutura urbana e avance nas questões relacionadas à acessibilidade, tornando-se um exemplo vivo do potencial de inclusão de um desenho urbano universal, amigável tanto para pessoas com

deficiência quanto para a população em geral. A capital carioca terá a chance de despertar a consciência de que uma cidade acessível é uma demanda de todos.

Tal percepção será seguramente fortalecida pelos Jogos Paralímpicos, que vão contribuir para a consolidação de uma nova mentalidade e favorecer a celebração da diversidade harmônica, auxiliando no processo de mudanças de paradigmas sobre a deficiência e colocando em destaque as habilidades e capacidades das pessoas com deficiência.

A tabela 3 lista os eixos temáticos referentes ao objetivo estratégico pessoas, com seus respectivos objetivos específicos.

TABELA 3 - PESSOAS: JOGOS PARA TODOS

EIXOS TEMÁTICOS	Objetivos Específicos
Envolvimento e conscientização	Envolver clientes dos Jogos e partes interessadas na adequação e implementação do Plano de Gestão da Sustentabilidade
	Desenvolver ações de educação para a sustentabilidade
	Desenvolver programa de treinamento e capacitação em sustentabilidade, para colaboradores, voluntários e contratados
Acessibilidade universal	Garantir acessibilidade universal em todas as instalações Olímpicas e Paralímpicas, inclusive seu entorno, de acordo com a legislação e normas brasileiras e diretrizes do IPC, seguindo a mais abrangente
	Assegurar transporte acessível e inclusivo de acordo com princípios de desenho universal
	Garantir acomodações acessíveis, de acordo com padrões do IPC para a Família Paralímpica
Diversidade e inclusão	Recrutar força de trabalho diversa e promover sua inclusão
	Alinhar serviços prestados aos atletas à sua diversidade cultural

6.1. ENVOLVIMENTO E CONSCIENTIZAÇÃO

6.1.1. Envolver clientes dos Jogos e partes interessadas na revisão e implementação do Plano de Gestão da Sustentabilidade

Responsável: Rio 2016™

Um aspecto fundamental da agenda “Jogos para Todos” é o desenvolvimento das relações do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™ com todos os diversos segmentos interessados nos Jogos. Somente através do contato estreito será possível envolvê-los na adequação e implementação do Plano de Gestão da Sustentabilidade, de modo a cumprir o compromisso de manter um diálogo aberto e construtivo, considerando pontos de vista variados a implicação dos Jogos nos mais diversos segmentos da sociedade.

Dada a amplitude dos eixos temáticos e do público direta ou indiretamente envolvido com os Jogos, o Rio 2016™ fez uma revisão detalhada das partes interessadas (ver resumo na figura 3) que têm relação com os Jogos. Esta avaliação permitiu o desenho de uma estratégia de engajamento baseada em duas abordagens principais:

Reativa – criação de um canal de comunicação para lidar com dúvidas relativas às questões de sustentabilidade.

Proativa – definição de mecanismos para facilitar o diálogo e o engajamento com partes interessadas de modo a envolvê-las na entrega de Jogos sustentáveis. Abrange tanto iniciativas gerais quanto aquelas voltadas para grupos específicos.



O Rio 2016™ reconhece a necessidade de estabelecer um programa abrangente de envolvimento de partes interessadas e, para isso, está trabalhando com parceiros, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), na criação de grupos de trabalho e painéis de especialistas.

Indicadores de desempenho: reuniões e fóruns organizados, *surveys* e consultas abertas, grupos de trabalho e painéis de especialistas criados, percentual de perguntas e dúvidas tratadas/respondidas.

6.1.2. Desenvolver ações de educação para a sustentabilidade

O poder de inspiração e a capacidade dos Jogos para encantar e mobilizar públicos diversos oferecem uma plataforma única para a transmissão de valores e mensagens relacionadas à sustentabilidade. Os Jogos funcionam também como uma grande vitrine e podem não só informar como influenciar vastas audiências.

Uma série de ações que envolvem temas relacionados à agenda de sustentabilidade será desenvolvida no período de preparação bem como durante os Jogos Rio 2016™. De modo especial, serão realizadas atividades de divulgação e promoção em torno dos seguintes assuntos, apontados como prioritários desde a candidatura do Rio aos Jogos: reciclagem e gestão de resíduos; recursos hídricos; acessibilidade universal; inclusão social de pessoas com deficiência.

DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

Responsável: Rio 2016™

Com o objetivo de inspirar mudanças relacionadas à forma como a sustentabilidade é percebida pela sociedade em geral, o Rio 2016™ irá integrar cada vez mais recursos ligados ao tema tanto nas comunicações internas e externas, quanto na programação de atividades educativas e culturais.

Complementarmente, campanhas de conscientização e de promoção de comportamentos responsáveis serão desenvolvidas junto com parceiros comerciais, organizações internacionais e outras partes interessadas.

Canais diferentes serão utilizados para promover, mostrar e informar sobre a agenda Rio 2016™ de sustentabilidade, como forma de incentivar mudanças de comportamento de espectadores, atletas, delegações, fornecedores e força de trabalho.

Objetivos específicos da área de acessibilidade e inclusão são: combater os estereótipos; aumentar a autoestima das pessoas com deficiência; fornecer ao espectador e outros clientes dos Jogos informações sobre rotas acessíveis e acessibilidade dentro das instalações; criar consciência sobre habilidades, necessidades, direitos e capacidades das pessoas com deficiência.

Indicadores de desempenho: tipo, número, impacto e resultados alcançados das iniciativas para sensibilizar, partilhar conhecimentos e mudança de comportamento.

EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Responsável: Governo Federal, Governo Estadual e APO

O ministério da Educação (MEC) e a APO estão coordenando um consórcio de instituições públicas de ensino, pesquisa e extensão que tem por objetivo o trabalho com o legado educacional para os Jogos Rio 2016™.

Com foco na sustentabilidade, podemos salientar que há um viés específico sobre meio ambiente e sustentabilidade voltado para os Jogos Rio 2016™. O enfoque será tratado em várias instâncias, desde a inclusão de conteúdos na grade curricular das instituições até a oferta de cursos de capacitação, voltados ao preparo de profissionais para o mercado de trabalho e, especificamente, para atendimento das demandas de serviços geradas para a correta e sustentável entrega dos jogos.

Como exemplo de projetos específicos já em curso pode ser citada a integração de universidades com o ICMBIO, a EMBRAPA no desenvolvimento de mudas de nativas, no treinamento e capacitação de mão-de-obra especializada para o reflorestamento, um dos compromissos dos Jogos Rio 2016™.

O governo estadual também está desenvolvendo o Programa Olimpíada Agenda Água na Escola, com o objetivo de motivar o comprometimento de jovens alunos de 24 escolas localizadas nas regiões olímpicas (6 por zona), preferencialmente próximas a rios e córregos com ações de cuidado com as águas e de gestão ambiental.

Indicadores de desempenho: tipo e número de projetos, impacto e resultados alcançados.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O Brasil possui uma Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela lei federal número 9.795, de 1999. Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, cabendo ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental e promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

São princípios básicos da educação ambiental:

- X. o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- XI. concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- XII. o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- XIII. a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- XIV. a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- XV. a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- XVI. a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- XVII. o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

6.1.3. Desenvolver programa de treinamento e capacitação em sustentabilidade, para colaboradores, voluntários e contratados

Responsável: Rio 2016™

A força de trabalho dos Jogos - composta por colaboradores assalariados Rio 2016™, voluntários e colaboradores de empresas contratadas – tem um papel fundamental para a realização dos objetivos de sustentabilidade dos Jogos. Ao todo, serão mais de 100 mil pessoas envolvidas na entrega da maior celebração esportiva mundial durante os meses de agosto e setembro de 2016.

O Rio 2016™ irá integrar conteúdos de sustentabilidade e acessibilidade no programa de treinamento básico e orientação de toda a força de trabalho dos Jogos.

Módulos específicos de treinamento serão desenvolvidos tais como: gestão de resíduos; atendimento a pessoas com deficiência e mobilidade reduzida; cuidados com fauna nativa em competições esportivas em meio natural; gestão da sustentabilidade em eventos segundo as normas ABNT NBR ISO 20121.

Os programas de treinamento, tanto presenciais quanto por plataformas e-learning, têm início previsto para 2014.

Indicadores de desempenho: média de horas de treinamento por ano, por categoria funcional.

6.2. ACESSIBILIDADE UNIVERSAL

6.2.1. Garantir acessibilidade universal em todas as instalações Olímpicas e Paralímpicas, inclusive seu entorno, de acordo com a legislação e normas brasileiras e diretrizes do IPC seguindo a mais abrangente

Um dos legados de grande alcance social que vai ser deixado pelos Jogos Rio 2016™ será a melhoria da acessibilidade na cidade do Rio de Janeiro. A ideia é que capital carioca se torne um exemplo e estabeleça padrões a serem seguidos por outras cidades do país e do continente. O trabalho se inicia com as instalações a serem usadas durante os Jogos e seu entorno, mas vai muito além, abrangendo o sistema de transportes públicos, o parque hoteleiro da cidade e as principais atrações turísticas.

O governo Federal tem consolidado políticas públicas inclusivas de mobilidade e acessibilidade universal. Neste sentido, desde o ano 2000 várias leis que tratam do assunto configuram um alto patamar legal, capaz de promover um processo contínuo de adequação das cidades brasileiras aos princípios de acessibilidade universal (ver Anexo II).

Dentre as iniciativas tomadas para atingir o objetivo de proporcionar Jogos acessíveis a todos, independentemente de deficiência física ou qualquer tipo de restrição de mobilidade destacam-se os seguintes projetos:

CADERNO DE DIRETRIZES TÉCNICAS DE ACESSIBILIDADE RIO 2016™

Responsável: Rio 2016™

O Rio 2016™ desenvolveu um Caderno de Diretrizes Técnicas de Acessibilidade com especificações a serem adotadas em todos os projetos de instalações permanentes, temporárias e overlay. Partindo de uma comparação entre a legislação federal, estadual e municipal com os critérios estabelecidos pelo IPC (Comitê Paralímpico Internacional), optando sempre pela alternativa mais abrangente, o caderno traz especificações técnicas simples, diretas e ilustradas para acessos e circulação; arenas esportivas; acomodações; transportes; publicações/comunicação.

Todos os editais para licitação de projetos e obras realizadas pelos governos incluem princípios de acessibilidade, indicando o Caderno de Diretrizes Técnicas de Acessibilidade como referência básica.

DUE DILIGENCE DE ACESSIBILIDADE DE TODAS AS INSTALAÇÕES

Responsável: Rio 2016™

As instalações dos Jogos Rio 2016™ estão sendo planejadas com acessibilidade plena tanto para as competições Olímpicas quanto para as Paralímpicas, proporcionando a atletas, dirigentes, técnicos, árbitros, jornalistas, espectadores e força de trabalho a oportunidade de participar do evento, independentemente de deficiência física ou mobilidade restrita.

A integração dos requisitos de acessibilidade será acompanhada nos projetos conceitual, básico e executivo, para todas as instalações permanentes, temporárias e overlay.

No decorrer das obras, cuidadosa *due diligence* será realizada de forma a garantir que os requisitos de acessibilidade constante dos projetos sejam executados de forma correta.

Ademais, uma vez que grande parte das obras são construídas com recursos da União, provenientes do Orçamento Geral ou de fundos geridos por instituições federais tais como recursos do FGTS e do FAT, a liberação dos recursos só pode ser feita mediante o cumprimento da legislação de acessibilidade.

Uma vez todos os equipamentos e mobiliário instalados será realizada uma *due diligence* operacional para garantir a desobstrução das rotas acessíveis.

CALÇADAS CARIOCAS

Responsável: Governo Municipal

Elaboração de caderno com referências técnicas de acessibilidade para execução de espaços públicos com a compilação da legislação pertinente e melhores práticas.

RIO ACESSÍVEL

Responsável: Governo Municipal

Elaboração de projeto cuja meta é revitalizar 700 mil m² de calçadas e 5 mil rampas no âmbito da iniciativa Rio Acessível entre 2013 e 2016. São duas as linhas de ação:

revitalização de pavimentos e passeios, com a remoção de obstáculos e implantação de rampas de concreto, passagens de nível nas vias, implantação de piso tátil, faixas lisas para cadeirantes e correção de meio-fio;

treinamento periódico de todos os arquitetos e coordenadores de obras/conservação das Secretarias de Obras e de Conservação e Serviços Públicos sobre os padrões de acessibilidade a serem seguidos nas construções da Prefeitura.

SERVIÇO DE MOBILIDADE DOS JOGOS

Responsável: Rio 2016™

Durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, equipamentos de mobilidade, tais como cadeiras de rodas manuais e motorizadas, serviços de micro-ônibus adaptados entre as paradas de transporte público e a entrada principal, serão disponibilizados para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

O Rio 2016™ está analisando as necessidades de mobilidade por instalação, levando em consideração distâncias a serem percorridas e inclinação do terreno, de forma a dimensionar a quantidade de equipamento e comunicar as necessidades a possíveis fornecedores do serviço com antecedência. Um protocolo estabelecendo critérios para o planejamento e operação dos serviços será deixado como legado para eventos futuros.

6.2.2. Assegurar transporte acessível e inclusivo de acordo com princípios de desenho universal

ACESSIBILIDADE NO TRANSPORTE PÚBLICO

Responsável: Governo Municipal

A Secretaria Municipal de Transportes prevê que toda a frota municipal de ônibus, hoje sob concessão, seja acessível até 2014. Os motoristas de ônibus serão treinados em acessibilidade, recebendo não apenas informações atualizadas, mas também sendo sensibilizados em relação ao comportamento inclusivo.

Os novos sistemas de transporte Bus Rapid Transit (BRT) são caracterizados pela frota especial de veículos, dotada de piso rebaixado e nivelada às estações de embarque. Todo o sistema, incluindo estações de embarque, entorno das estações e veículos, incorpora padrões de acessibilidade universal.

Indicadores de desempenho: % de acessibilidade da frota municipal de ônibus e BRTs.

ACESSIBILIDADE NA FROTA OLÍMPICA E PARALÍMPICA

Responsável: Rio 2016™

A estratégia de transporte do Rio 2016™ visa prestar serviço de transporte seguro, confiável, inclusivo e acessível para todos os clientes dos Jogos. O Plano Mestre dos Jogos Paralímpicos é baseado nos mesmos princípios, sistemas e planos operacionais do Plano Mestre dos Jogos Olímpicos.

Desta forma, está previsto que toda a frota Olímpica e Paralímpica de carros e ônibus será acessível, tanto para os passageiros quanto para indivíduos condutores, seguindo as leis sobre acessibilidade municipais, estaduais, federais, bem como os requerimentos do Rio2016™, do IPC e por fim, incorporando padrões de acessibilidade universal.

Indicadores de desempenho: satisfação dos usuários com acessibilidade da frota.

ACESSIBILIDADE NOS AEROPORTOS

A infraestrutura aeroportuária existente também está sendo avaliada e planejada para os Jogos Rio 2016™. O atendimento aos requisitos de acessibilidade estão no escopo das adaptações e reformas necessárias. Todos os projetos em desenvolvimento no âmbito da Infraero contemplam as facilidades e requisitos definidos na NBR9050/2004 e na Resolução ANAC Nº 09/2007.

Como pontos principais destacam-se:

- criação de rotas acessíveis
- pontes de embarque com inclinações adequadas
- sanitário familiar e fraldário adulto tanto em área restrita como em saguão público
- mobiliário acessível (balcões de informação, check-in, BVRI, Polícia Federal, entre outros)
- sinalização tátil de alerta e direcional
- balcão de informações acessível dotado de atendentes treinados em atendimento especial
- assentos exclusivos para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida
- aquisição de equipamentos de elevação (*ambulift*) que possibilitem o atendimento em aeronaves em posição remota
- ônibus com sistema de “ajoelamento” que possibilita acesso ao veículo de forma mais acessível

A Infraero possui um programa específico de capacitação da comunidade aeroportuária para prestação de serviços a pessoas com deficiência. Iniciativas para estimular parcerias com empresas de transporte para prover taxis adaptados para pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida também foram iniciadas.

6.2.3. Garantir acomodações acessíveis, de acordo com padrões do IPC para a Família Paralímpica

Responsável: Rio 2016™

O projeto da Vila Olímpica e Paralímpica contempla a utilização de princípios de desenho universal. Todos os edifícios serão utilizados durante os Jogos Paralímpicos, disponibilizando quartos e banheiros acessíveis nos seis primeiros andares, sem a necessidade de obras de transição entre as competições Olímpicas e Paralímpicas.

A acessibilidade será considerada durante o planejamento dos locais de acomodação e também na preparação de áreas de desembarque e de estacionamento.

O Rio 2016™ também irá auxiliar o setor hoteleiro da cidade, fornecendo parâmetros técnicos para promover a adequação dos hotéis para os Jogos, preparando-os, assim, para o significativo acréscimo de demanda por acessibilidade por ocasião dos Jogos Paralímpicos. As atividades de apoio ao setor hoteleiro incluem:

- divulgação do Caderno de Diretrizes Técnicas de Acessibilidade juntamente com o check list específico para acomodações
- garantir oportunidade para os estabelecimentos que queiram ser diagnosticados gratuitamente no intuito de verificar os requisitos de acessibilidade em suas instalações
- suporte técnico em projeto ou obra nos estabelecimento interessados
- formar uma equipe de estagiário dos cursos de arquitetura e engenharia para possibilitar a assessoria aos estabelecimentos hoteleiros
- incentivar a certificação em acessibilidade com a obtenção de um selo que está sendo desenvolvido pelo Governo Federal

Indicadores de desempenho: % de quartos acessíveis na cidade.

6.3. DIVERSIDADE E INCLUSÃO

6.3.1. Recrutar força de trabalho diversa e promover a inclusão

Responsável: Rio 2016™

Os Jogos Rio 2016™ irão celebrar a diversidade harmônica, através da promoção dos princípios de respeito, união, igualdade e espírito jovem:

- Respeito pelas diferenças, reconhecendo a riqueza de cada indivíduo e investindo na soma de talentos para o bem comum, acolhendo a todos e estimulando a inclusão.
- Igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente da sua raça, gênero, deficiência, fé ou crença, orientação sexual, idade ou momento de vida.
- União de ideias, de raças, de povos e de culturas, em uma mistura harmoniosa de diferentes influências e origens.
- Espírito Jovem, expresso pelo jeito descontraído do carioca de levar a vida, sempre com um olhar próximo e o espírito agregador do jovem, cheio de energia e entusiasmo, em um convite para chegar perto e fazer parte.

Esta celebração começa no recrutamento de uma força de trabalho diversa e na criação de uma cultura organizacional inclusiva, através de um esforço consciente de antecipar e quebrar as barreiras que os indivíduos eventualmente enfrentam para facilitar sua participação nos Jogos.

O princípio da não discriminação e da igualdade de oportunidades aplica-se para o recrutamento de toda a força de trabalho: colaboradores, voluntários e contratados. Diferentes estratégias estão sendo criadas para potencializar as oportunidades de recrutamento tanto de parcelas tradicionalmente desfavorecidas da sociedade brasileira quanto de pessoas com experiência e perspectivas de vida diferentes. O Rio 2016™ não adota políticas de quotas.

Dentre as atividades já iniciadas encontram-se: realização de workshops de sensibilização e diálogos sobre diversidade para todos os colaboradores; treinamento e sensibilização dos recrutadores e gerências para identificar e eliminar barreiras ao recrutamento de uma força de trabalho diversa; workshop com organizações do terceiro setor para identificar estratégias para fortalecer a contratação de pessoas com deficiência; contratação de consultores especializados no recrutamento de pessoas com deficiência; investimento em acessibilidade na sede do Rio 2016™.

ALGUNS DESTAQUES DA AGENDA BRASILEIRA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO

O Brasil é um país que se define como resultado da “mistura de raças”. Segundo o antropólogo Darcy Ribeiro, esta mistura está sustentada por quatro pilares: as matrizes que compuseram o nosso povo, as proporções tomadas por essa mistura no país, as condições ambientais na quais ela ocorreu, e os objetivos de vida e de produção assumidos por cada uma dessas matrizes.

Neste sentido, o foco brasileiro não está em assegurar e valorizar a diversidade cultural de grupos étnicos, mas sim em consolidar a igualdade de direitos e assegurar processos sociais e econômicos que promovam a reversão de um quadro tradicional de discriminação. Um exemplo disso pode ser visto na edição recente do Estatuto da Igualdade Racial e o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

O primeiro foi instituído pela lei número 12.288, de 2003, tem por objetivo garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância. Também prevê ações afirmativas, programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, publicado em 2005 pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, orienta-se pelos seguintes pontos fundamentais: mulheres e homens são iguais em seus direitos; a promoção da igualdade implica no respeito à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, situação econômica e regional, assim como os diferentes momentos da vida das mulheres; a todas as pessoas deve ser garantida a igualdade de oportunidades, observando-se os direitos universais e as questões específicas das mulheres; o poder de decisão sobre suas vidas e corpos deve ser assegurado às mulheres, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e seu país; as políticas públicas voltadas para as mulheres devem ser formuladas e implementadas independentemente de princípios religiosos; as políticas públicas devem garantir, em sua implementação, o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres.

Indicadores de desempenho: total de trabalhadores por tipo de emprego; contrato de trabalho e região; número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região; composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e dos empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade, proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional, número total de casos de discriminação e as medidas tomadas, tipo e impacto das iniciativas para criar um ambiente socialmente inclusivo.

6.3.2. Alinhar serviços prestados aos atletas à sua diversidade cultural.

Responsável: Rio 2016™

O alinhamento dos aspectos de diversidade cultural é um fator que deverá perpassar todos os serviços prestados aos atletas, sempre que for necessário. Estará presente, por exemplo, na provisão de alimentos de acordo com a cultura de cada país, na provisão de espaços para manifestação religiosa de parte dos atletas (ex: direção à Meca, alimentos tipo kosher para israelitas e Halal para muçulmanos), dentre outros.

Indicadores de desempenho: número e impacto de iniciativas tomadas.

Prosperidade



7

Prosperidade: responsabilidade e transparência

O impacto econômico dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™ já começa a ser percebido e chega com o impulso verificado em vários segmentos do setor produtivo, entre eles a área de turismo, consolidando a posição do Rio e do Brasil como destinos muito procurados não só para lazer, mas também para negócios.

Os reflexos deste novo cenário de crescimento afetam diretamente os cariocas, que se beneficiarão de programas de treinamento, da criação de empregos temporários e permanentes e novas oportunidades de negócio nas áreas de gestão de esporte, turismo e operações das instalações, construção civil e comércio.

A escala dos Jogos e a importância assegurar crescente visibilidade às questões de sustentabilidade exigem uma abordagem transparente e responsável sobre ao assunto, que inclui desde a adoção de esquemas de certificação até emissão periódica de relatórios de desempenho relativos a cada um dos objetivos declarados, isto é, Planeta, Pessoas e Prosperidade.

Para cumprir essa demanda relacionada à credibilidade, além do correto acompanhamento do desempenho, também exige-se transparência em relação aos efeitos das atividades, tanto no que se refere aos impactos quanto aos legados. Desta forma, uma série de indicadores ambientais, sociais e econômicos será monitorada, cobrindo um período de 12 anos.

A tabela 4 lista os eixos temáticos referentes ao objetivo estratégico Prosperidade, com suas respectivas metas específicas.

TABELA 4 – PROSPERIDADE: GESTÃO RESPONSÁVEL E TRANSPARÊNCIA

EIXOS TEMÁTICOS	Objetivos Específicos
Cadeia de Suprimentos Sustentável	Implementar programa de Cadeia de Suprimentos Sustentável
	Difundir e apoiar novos padrões para sustentabilidade no setor de eventos brasileiro
Gestão e transparência	Desenvolver o Plano de Gestão da Sustentabilidade (PGS)
	Coordenar e garantir a correta implantação do Plano de Gestão da Sustentabilidade
	Respeitar às exigências do Manual Técnico do COI sobre a Proteção do Meio Ambiente e a Sustentabilidade
	Certificação do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™ na norma ABNT NBR ISO 20121
	Utilizar metodologias de avaliação internacionalmente reconhecidas para dar transparência ao processo de implementação do PGS
	Adotar processos de gestão e operação eficientes do uso da água e energia nas instalações esportivas e não esportivas

7.1. CADEIA DE SUPRIMENTOS SUSTENTÁVEL

7.1.1 Implementar programa de cadeia de suprimentos sustentável

Responsável: Rio 2016™

O Comitê Rio 2016™ é responsável pelos itens que compra, pela forma utilizada para a compra e pela seleção de fornecedores. Em todas as etapas envolvidas nos processos de aquisições e licenciamento bens e serviços, considera os aspectos ambientais, sociais, éticos e econômicos, integrando-os em suas práticas de negócios.

Para o Comitê Rio 2016™, a sustentabilidade constitui um dos critérios considerados em todos os processos decisórios, juntamente com outros aspectos balizadores como custo total, qualidade, prazo e riscos. O princípio é trabalhar para que o Rio 2016™ possa sempre encontrar o bem ou o serviço que agregue o maior valor e seja compatível com as metas de sustentabilidade definidas para os Jogos.

Para o Rio 2016™, implementar uma Cadeia de Suprimentos Sustentável significa converter nossas aquisições e contratações de serviços em uma ferramenta capaz de promover e encorajar o uso de tecnologias, produtos, processos e serviços sustentáveis, contribuindo assim para o desenvolvimento do mercado fornecedor, com conseqüente fortalecimento do legado dos Jogos.

O Programa de Cadeia de Suprimentos Sustentável Rio 2016™ está estruturado em cinco etapas:

Estabelecimento dos requerimentos:

- identificação das categorias de compra estratégicas do ponto de vista de sustentabilidade e acessibilidade
- definição dos requisitos e parâmetros de sustentabilidade para as categorias estratégicas
- avaliação do peso dos requisitos e parâmetros na avaliação de custo global

Desenvolvimento e capacitação de fornecedores e de licenciados:

- avaliação da capacidade do mercado para atender aos requerimentos de sustentabilidade
- avaliação da capacidade do mercado para suprir demanda de produtos com credenciais de acessibilidade (desenho universal) e sustentabilidade (selos e certificações)
- comunicação antecipada e massiva de necessidades até 2016, juntamente com requerimentos
- realização de workshops e treinamentos para fornecedores e licenciados, notadamente para os setores identificados como críticos

Contratações:

- revisão de RFPs para assegurar a inclusão dos requerimentos de sustentabilidade e acessibilidade
- análises de custo total de aquisição.

Gestão dos contratos/monitoramento da conformidade dos fornecedores e licenciados:

- inclusão dos aspectos de sustentabilidade na gestão de cadastros
- auditorias e relatórios
- aplicação de ações corretivas

Dissolução/gestão da destinação final dos produtos:

- planejamento logístico integral da destinação final de todos os produtos, embalagens e resíduos
- controle da destinação final de todos os produtos, embalagens e resíduos

Os requerimentos gerais do Guia são aplicáveis a todas as categorias de compra, permuta, doação e licenciamento do Rio 2016™ (ver no anexo III reprodução integral do texto do Guia da Cadeia de Suprimentos Sustentável Rio 2016™).

Indicadores de desempenho: políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes; tipo e desempenho de iniciativa de sustentabilidade em suprimentos; percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos; operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil ou forçado e as medidas tomadas.

DIRETRIZES DE SUPRIMENTOS SUSTENTÁVEIS DO GOVERNO FEDERAL

O Governo Federal, por meio de ações e entendimentos interministeriais, tem dado ênfase ao tema sustentabilidade em todas as variantes que compreende. No caso dos grandes eventos, a infraestrutura, os serviços e as operações planejadas pelos governos podem assumir uma postura política de sustentabilidade desde as compras e assinatura de contratos públicos. A nova base legal estabelece critérios, práticas e diretrizes para uma nova postura comprometida com o desenvolvimento sustentável do país.

O Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes.

Assim, o Governo e as empresas estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório. São entendidos como diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão-de-obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

A lei é abrangente e ainda prevê a criação da Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP, de natureza consultiva e caráter permanente, vinculada à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, com a finalidade de propor a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes.

7.1.2 Difundir e apoiar novos padrões para sustentabilidade no setor brasileiro de eventos

Responsável: Rio 2016™

Para além da influência exercida sobre sua cadeia produtiva, os Jogos tem um alto potencial para influenciar o comportamento de outras empresas, em especial no setor de eventos, difundindo e apoiando novos padrões de sustentabilidade.

Entre as iniciativas do Rio 2016™, destacam-se:

- difusão da adoção da norma de gestão de sustentabilidade em eventos, a ABNT NBR ISO 20121, lançada em junho 2012. Além de dar o exemplo buscando sua própria certificando e divulgando-a amplamente o Rio 2016™ irá disponibilizar material de treinamento sobre a norma a potenciais fornecedores e parceiros do setor de eventos (hotéis, produtoras, empresas de catering);
- desenvolvimento de uma estratégia de alimentos e bebidas sustentáveis. O Rio 2016™ irá estabelecer, em parceria com partes interessadas, critérios e diretrizes de sustentabilidade que irão pautar as metas de provisão de alimentos sustentáveis e orgânicos para e os Jogos, ao mesmo tempo em que fortaleçam o desenvolvimento do setor no país;
- demonstração da viabilidade econômica de iniciativas de sustentabilidade em eventos, contribuindo para a derrubada do mito que “sustentabilidade custa caro”, através de comprovação clara feita a partir de estudos de caso embasados em dados quantificáveis.

Indicadores de desempenho: percentual de alimentos e bebidas que atendem às políticas dos organizadores ou normas locais, nacionais ou internacionais; impactos econômicos diretos e criação de valor, como resultado de iniciativas de sustentabilidade.

7.1. GESTÃO E TRANSPARÊNCIA

7.2.1 Desenvolver o Plano de Gestão da Sustentabilidade (PGS)

Responsável: GT Sustentabilidade e Rio 2016™

Este objetivo trata da elaboração do presente Plano de Gestão da Sustentabilidade, bem como sua publicação no sítio web do Rio 2016™ para consulta por todos.

O presente Plano de Gestão da Sustentabilidade é um documento vivo, que irá acompanhar o desenvolvimento dos programas e projetos relacionados à preparação e operação dos Jogos. À medida que forem ganhando maturidade, os objetivos e planos de ação serão desdobrados, ganhando maior detalhamento. Uma versão posterior deste Plano está prevista para o primeiro trimestre de 2014.

Indicadores de desempenho: Número de downloads do PGS

7.2.2. Coordenar e garantir a correta implantação do Plano de Gestão da Sustentabilidade

Responsável: GT Sustentabilidade

O acompanhamento da efetiva implantação das diretrizes, projetos, programas, normas e atividades elencados neste Plano é de responsabilidade do GT de Sustentabilidade. O GT tem por missão promover o entendimento e integração entre os entes envolvidos diretamente e indiretamente com os Jogos Rio 2016™, tendo como objetivo cumprir os compromissos aqui relatados.

Indicadores de desempenho: Número de objetivos estabelecidos no PGS alcançados.

7.2.3. Respeitar às exigências do Manual Técnico do COI sobre a proteção do meio ambiente e a sustentabilidade

Responsável: Rio 2016™

O Rio 2016™ monitora o cumprimento dos compromissos de sustentabilidade, acessibilidade e legado assumidos junto ao COI e ao IPC. Relatos de progresso são apresentados trimestralmente em reuniões com o COI e o IPC. Também são compartilhados documentos que informam o progresso do cumprimento dos compromissos.

Dentre as atividades estão:

- atualização continuada da lista de compromissos de sustentabilidade e acessibilidade junto aos respectivos GTs
- validação dos compromissos de legado de responsabilidade do Comitê Organizador Rio 2016™ com as áreas funcionais responsáveis
- monitoramento trimestral dos compromissos inclusos como milestones no Master Schedule dos Jogos
- reuniões semestrais de acompanhamento e validação dos compromissos
- reporte ao COI e IPC e validação do status de cada compromisso

Indicadores de desempenho: número e tipo de não conformidades verificadas.

7.2.4. Certificação do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™ na norma ABNT NBR ISO 20121

A certificação do Comitê Rio 2016™ na norma ABNT NBR ISO20121 tem por objetivo conferir robustez e credibilidade ao processo de integração de critérios de sustentabilidade ao longo de todo o ciclo dos Jogos Rio 2016™, a partir da adoção de norma de gestão da sustentabilidade em eventos reconhecida nacional e internacionalmente.

Um Sistema de Gestão de Sustentabilidade (SGS) será criado seguindo as diretrizes da norma ISO 20121 e será adotado por todas as áreas funcionais do Rio 2016™. O SGS irá também permitir o acompanhamento do progresso obtido na implantação do Plano de Gestão da Sustentabilidade dentro do Comitê Organizador.

Plano de Trabalho:

- treinar equipe interna na norma ISO 20121
- criar o SGS e definir indicadores OGI e GRI (ver item 8.2.5) a serem incorporados ao mesmo
- definir cronograma e forma de trabalho para obter dados para os indicadores
- definir processo de trabalho para implantação do SGS
- implantar o SGS
- certificação por um organismo externo de certificação

Indicadores de desempenho: obtenção e retenção da certificação.

7.2.5. Utilizar metodologias de avaliação internacionalmente reconhecidas para dar transparência ao processo de implementação do PGS

Sediar o maior evento esportivo do mundo com responsabilidade pressupõe uma comunicação confiável e coerente sobre os aspectos ambientais, econômicos e sociais da organização dos Jogos. Pressupõe também monitoramento contínuo do desempenho, de forma a identificar pontos fortes e fracos e ajustar o rumo em direção a práticas mais sustentáveis.

Desta forma, o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™ compromete-se com a publicação periódica de informações dentro de padrões de comparabilidade e mensurabilidade internacionalmente reconhecidos.

Serão três as ferramentas utilizadas pelo Rio 2016™ para dar transparência aos impactos causados pelos Jogos e ao desempenho da organização na implementação deste Plano de Gestão da Sustentabilidade:

- relatório de sustentabilidade seguindo a metodologia do GRI
- estudo de impacto “Olympic Games Impact” (OGI)
- relatórios de gestão de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE SEGUINDO A METODOLOGIA DO GRI

Responsável: Rio 2016™

O GRI (Global Reporting Initiative) é a metodologia mais difundida e adotada para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade em todo o mundo, sendo reconhecida por sua abrangência e objetividade. Em fevereiro de 2012 foi criado um Suplemento para Organizadores de Eventos (GRI EOSS), o qual contempla indicadores específicos para o setor de eventos.

A metodologia GRI possui cinco passos:

- preparar: criação de um plano de ação para a elaboração do relatório, incluindo a construção de cronograma, a definição de uma equipe e a organização das principais fases da elaboração do relatório.
- engajar: identificação de partes interessadas, priorização e estabelecimento de um método de comunicação e diálogo que irá contribuir para a elaboração do relatório.

- definir: seleção de temas que estarão no relatório e escolha de indicadores de desempenho.
- monitorar: verificar os processos e medir o desempenho da organização através dos indicadores. Para garantir a qualidade das informações é fundamental que a coleta e o registro de informações sejam precisos.
- comunicar: definir forma de redação do relatório e mecanismos de divulgação.

Os relatórios no modelo GRI EOSS trarão medidas objetivas de desempenho as quais irão permitir a avaliação objetiva, regular e profissional dos resultados das ações deste Plano.

Informações sobre o andamento dos trabalhos do Comitê Rio 2016™ serão coletadas de forma contínua de modo que possam ser integradas a um sistema de gestão da sustentabilidade (SGS), o qual será a base dos relatos periódicos de desempenho.

Os relatórios de sustentabilidade no padrão GRI serão publicados com a seguinte periodicidade:

- Anos base 2012 e 2013: primeiro semestre de 2014
- Anos base 2014 e 2015: primeiro semestre de 2016
- Ano base 2016 (período dos Jogos): primeiro semestre de 2017

Indicadores de desempenho: nível de aplicação do GRI de cada relatório.

ESTUDO DE IMPACTO — OLYMPIC GAMES IMPACT (OGI)

Responsável: Rio 2016™

O Estudo OGI tem por objetivo monitorar os impactos tangíveis e intangíveis da realização dos Jogos Rio 2016™, através de um sistema de indicadores sociais, ambientais, econômicos e esportivos integrados em uma perspectiva de longo prazo.

Produzido a cada edição dos Jogos, o OGI cobre um período que tem início dois anos antes da escolha da cidade para sediar os Jogos e se estende até três anos após a realização dos mesmos. No caso do Rio de Janeiro, de 2007 a 2019.

O Estudo OGI é elaborado por uma universidade em posição de trabalho independente, livre de pressões políticas e comerciais,

que esteja apta a conduzir o estudo de forma objetiva. No caso do Rio, o Estudo será elaborado pela COPPE (Coordenação de Programas de Pós-Graduação de Engenharia), da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

O Estudo OGI compreende:

- relatório de Metodologia e Plano de Levantamento de Dados (agosto de 2013)
- situação Inicial, com base em 2007 (agosto de 2013)
- relatórios de avaliação do impacto de parte do período operacional com foco nas tendências dos indicadores contextuais nos níveis municipal e regional e estudos de caso (agosto de 2015 e agosto de 2017)
- Avaliação final dos impactos, três anos após os Jogos (agosto 2019)

Indicadores de desempenho: relatórios OGI publicados no prazo.

RELATÓRIOS DE GESTÃO DE EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE)

Responsável: Rio 2016™

O Rio 2016™ irá publicar os seguintes relatórios de emissões de gases de efeito estufa (pegada de carbono) dos Jogos Rio 2016™:

- cenário de linha de base, com cálculo de emissões potenciais considerando práticas-padrão no país (*business as usual*)
- cenários alternativos de emissões de GEE dos Jogos Rio 2016™, a partir da adoção potencial de diferentes projetos de mitigação de emissões
- propostas de compensação das emissões residuais (não passíveis de mitigação)
- inventário final de emissões efetivas dos Jogos Rio 2016™ (cálculo da pegada de carbono)

As emissões serão calculadas de acordo com o padrão internacional GHG Protocol, adaptado para o contexto de Jogos Olímpicos e Paralímpicos pelo Comitê Organizador dos Jogos de Londres 2012 (LOCOG).

Em essência, o padrão do GHG Protocol determina a responsabilidade pelas emissões de carbono decorrentes de uma atividade na proporção das contribuições para o seu custo. No entanto, esta abordagem, apropriada para empresas, não

consegue captar a natureza pública e potencial de influência dos Jogos. Para refletir esses impactos indiretos, iremos classificar diferentes graus de controle e responsabilidade, seguindo o modelo adotado pelos jogos de Londres 2012:

- direto: atividades inteiramente financiadas pelos Jogos, bem como uma parte da pegada de atividades financiadas conjuntamente e atribuível aos Jogos
- compartilhado: a pegada associada com as contribuições dos parceiros para as atividades co-financiadas (por exemplo: projetos de transporte financiados conjuntamente)
- associados: atividades associadas com os Jogos não são financiadas pelos organizadores dos Jogos, mas o evento pode exercer algum grau de influência sobre elas, mas não controle, como atividades mensuráveis relacionados com os grupos de clientes dos Jogos (por exemplo: patrocinadores, mídia e espectadores)

Indicadores de desempenho: total de emissões diretas e indiretas de gases causadores do efeito estufa; iniciativas para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa e reduções obtidas.

7.2.6. Adotar processos de gestão e operação eficientes no que se refere ao uso da água e energia nas instalações esportivas e não esportivas

Responsável: Rio 2016™

Todas as instalações esportivas e não-esportivas serão operadas no período dos Jogos segundo processos que visam aumentar a eficiência no uso da água e energia, realizando o potencial de baixo impacto das instalações.

Para tanto, processos de operação, manutenção preventiva e treinamento da força de trabalho serão adotados. Critérios de uso econômico de água e de energia serão incluídos nos planos operacionais de todas as instalações (desenvolvimento dos planos previsto para o ano de 2013).

Indicadores de desempenho: energia economizada devido a melhorias em eficiência, consumo de energia discriminado por fonte; percentual e volume total de água utilizada.

8

Considerações finais

Em função da ambição dos objetivos dos Jogos, desenvolveu-se um programa de sustentabilidade de grande envergadura, cujas definições iniciais da candidatura foram aqui desdobradas em objetivos e em vários projetos.

Apesar de esta ser uma primeira versão do Plano de Gestão da Sustentabilidade, já houve avanço considerável. Muitas ações e projetos já foram iniciados e alguns estão concluídos, conforme demonstrado no quadro resumo de avaliação da maturidade.

TABELA 5 – QUADRO RESUMO DE MATURIDADE

PLANETA		
EIXO TEMÁTICO	Objetivo específico	Maturidade
Transporte e Logística	Prover transporte público para espectadores e força de trabalho	iniciado
	Implantar ações de redução de emissões de poluentes, inclusive Gases do Efeito Estufa - GEE, nos sistemas de transportes públicos	iniciado
	Operar frota Olímpica e Paralímpica com combustíveis menos poluentes	iniciado
	Racionalizar e otimizar operações de logística no transporte de materiais e objetos	iniciado
Construção sustentável e melhorias urbanas	Implantar critérios de uso racional de recursos, eficiência e minimização de impactos ambientais no desenho e construção de todas as instalações	iniciado
	Atender aos padrões internacionais e nacionais de meio ambiente no planejamento, desenvolvimento e construção de toda a infraestrutura dos Jogos	iniciado
	Estimular o desenvolvimento de atividades econômicas e melhoria da qualidade de vida nas diversas regiões dos Jogos	iniciado

PLANETA (CONTINUAÇÃO)		
EIXO TEMÁTICO	Objetivo específico	Maturidade
Conservação e recuperação ambiental	Minimizar os impactos sobre os ecossistemas existentes nas instalações Olímpicas e Paralímpicas e seu entorno imediato	iniciado
	Promover a recuperação ambiental dos corpos hídricos nas regiões dos Jogos	iniciado
	Reforçar/acelerar programas de proteção, conservação, restauração e recuperação ambiental	iniciado
	Expandir monitoramento da qualidade do ar e da água nas regiões dos Jogos	iniciado
Gestão de resíduos	Desativar e iniciar recuperação ambiental dos lixões e implantar sistema integrado de tratamento de resíduos sólidos	concluído
	Alinhar e implantar os planos de gestão de resíduos de todas as construções, garantindo manejo e tratamento final adequado	iniciado
	Gestão e tratamento responsável dos resíduos sólidos das operações dos Jogos	iniciado
	Gestão e tratamento responsável de resíduos sólidos corporativos.	iniciado
PESSOAS		
EIXO TEMÁTICO	Objetivo específico	Maturidade
Envolvimento e conscientização	Envolver clientes dos Jogos e partes interessadas na adequação e implementação do Plano de Gestão da Sustentabilidade	iniciado
	Desenvolver ações de educação para a sustentabilidade	em planejamento
	Desenvolver programa de treinamento e capacitação em sustentabilidade, para colaboradores, voluntários e contratados	em planejamento
Acessibilidade universal	Garantir acessibilidade universal em todas as instalações Olímpicas e Paralímpicas, inclusive seu entorno, de acordo com a legislação e normas brasileiras e diretrizes do IPC, seguindo a mais abrangente	iniciado
	Assegurar transporte acessível e inclusivo de acordo com princípios de desenho universal	iniciado
	Garantir acomodações acessíveis, de acordo com padrões do IPC para a Família Paralímpica	iniciado
Diversidade e inclusão	Recrutar força de trabalho diversa e promover sua inclusão.	iniciado
	Alinhar serviços prestados aos atletas à sua diversidade cultural	em planejamento

PROSPERIDADE		
EIXO TEMÁTICO	Objetivo específico	Maturidade
Cadeia de Suprimentos Sustentável	Implementar programa de cadeia de suprimentos sustentável	iniciado
	Difundir e apoiar novos padrões para sustentabilidade no setor de eventos brasileiro	em planejamento
Gestão e transparência	Desenvolver o Plano de Gestão da Sustentabilidade (PGS)	concluído
	Coordenar e garantir a correta implantação do Plano de Gestão da Sustentabilidade	em planejamento
	Respeitar às exigências do Manual Técnico do COI sobre a Proteção do Meio Ambiente e a Sustentabilidade	iniciado
	Certificação do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™ na norma ABNT NBR ISO 20121	iniciado
	Utilizar metodologias de avaliação internacionalmente reconhecidas para dar transparência ao processo de implementação do PGS	iniciado
	Adotar processos de gestão e operação eficientes do uso da água e energia nas instalações esportivas e não esportivas	em planejamento

Anexo I

		TEMAS DO DOSSIÊ DE CANDIDATURA								
		Água	Consciência ambiental	Energia renovável	Emissões de carbono e qualidade do ar	Solos e ecossistemas	Construção e design	Biodiversidade	Compras e certificados ecológicos	Gestão de lixo sólido
EIXOS TEMÁTICOS	Transporte e Logística			■	■					
	Desenho e construção sustentável	■		■			■		■	■
	Conservação e recuperação ambiental					■		■		
	Gestão de resíduos									■
	Engajamento e conscientização		■							
	Acessibilidade universal						■			
	Diversidade e inclusão									
	Cadeia de Suprimentos Sustentável								■	
	Gestão e reporte	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Anexo II – Legislação brasileira sobre acessibilidade

Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000

A lei estabelece prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência física, aos idosos com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos, às gestantes, às lactantes e às pessoas acompanhadas por crianças de colo. A lei prevê que para este público:

- As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato a estas pessoas.
- As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo.
- Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.
- Os veículos de transporte coletivo a serem produzidos após 12 meses da publicação desta Lei serão planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas portadoras de deficiência.

Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. A lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Decreto-lei nº 5296 de 2 de dezembro de 2004

Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Ficam sujeitos ao cumprimento das disposições deste Decreto:

- I - a aprovação de projeto de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, quando tenham destinação pública ou coletiva;
- II - a outorga de concessão, permissão, autorização ou habilitação de qualquer natureza;
- III - a aprovação de financiamento de projetos com a utilização de recursos públicos, dentre eles

os projetos de natureza arquitetônica e urbanística, os tocantes à comunicação e informação e os referentes ao transporte coletivo, por meio de qualquer instrumento, tais como convênio, acordo, ajuste, contrato ou similar; e

IV - a concessão de aval da União na obtenção de empréstimos e financiamentos internacionais por entes públicos ou privados.

O decreto define ainda que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, os Conselhos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e as organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência terão legitimidade para acompanhar e sugerir medidas para o cumprimento dos requisitos estabelecidos neste Decreto.

Decreto Lei nº 7.823 de 9 de outubro de 2012

Criou uma excepcionalidade para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™, fixando como patamar mínimo de 1% do total da capacidade de público de estádios e arenas o número de assentos reservados às pessoas com deficiência. De acordo com o decreto, os assentos e espaços para as pessoas com deficiência deverão ficar em locais com boa visibilidade e serem bem sinalizados.

ANEXO III – Guia de Cadeia de Suprimentos Sustentável Rio 2016™

VERSÃO 1.0 (JUNHO DE 2012)

OBJETIVOS E ESTRUTURA

Introdução

A missão do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™ é entregar Jogos excelentes, com celebrações memoráveis que irão promover a imagem global do Brasil, baseados em transformação sustentável por meio do esporte no âmbito social e urbano, contribuindo para o crescimento dos Movimentos Olímpico e Paralímpico.

O Rio 2016™ trabalha com critérios de sustentabilidade em todo o ciclo de gestão dos Jogos, desde a concepção e planejamento até as atividades de implementação, revisão e pós-evento, notadamente através da adoção do Programa da Cadeia de Suprimentos Sustentável.

Este Guia define como os critérios de sustentabilidade serão integrados em nossos processos de aquisições, permutas, doações e licenciamento.

A quem se destina o Guia?

A qualquer pessoa ou organização de algum modo interessada nos processos de contratação de bens e serviços do Rio 2016™, principalmente:

- empregados e parceiros participantes da gestão ou operação da Cadeia de Suprimentos do Rio 2016™
- fornecedores
- licenciados
- patrocinadores
- organizações atuantes no Desenvolvimento de Fornecedores

Contexto de continuidade

O Comitê Olímpico Internacional (COI) define a sustentabilidade como uma dimensão integral do Olimpismo. Na verdade, nos últimos anos, principalmente desde a Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, a preocupação do Movimento Olímpico com as questões ambientais tem acompanhado as discussões em torno desse assunto.

O marco principal desse comprometimento do COI foi a alteração da Carta Olímpica em 1994, para inclusão de parágrafo sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Outro marco importante foi a publicação da Agenda 21 do Movimento Olímpico, em 1999.

De modo geral, as ações voltadas para a sustentabilidade vêm ganhando mais importância desde os Jogos Olímpicos de Sidney 2000. Mas, cabe frisar que, no que se refere à gestão da cadeia de suprimentos, as referências são os Jogos Olímpicos de Vancouver 2010 e os Jogos de Londres 2012, que implementaram dos primeiros programas de sustentabilidade com foco na cadeia de suprimentos.

Para dar continuidade a esse movimento e, de acordo com sua missão de promover uma transformação sustentável através do esporte, o Rio 2016™ criou seu próprio Programa da Cadeia de Suprimentos Sustentável.

A Sustentabilidade dentro da Cadeia de Suprimentos do Rio 2016™

Para o Comitê Rio 2016™, a adoção do Programa significa considerar os aspectos ambientais, sociais, éticos e econômicos presentes ao longo do ciclo de vida dos produtos e serviços que serão objeto dos processos de aquisições e licenciamento, integrando-os em nossas práticas de negócios.

A sustentabilidade constitui, portanto, um dos critérios que serão formalmente consideradas em todos os nossos processos decisórios, juntamente com outros aspectos balizadores como custo total, qualidade, prazo e riscos. A ideia é trabalhar para que o Rio 2016™ possa sempre encontrar o produto ou o serviço que agregue o maior valor.

Para o Rio 2016™, implementar uma Cadeia de Suprimentos Sustentável também significa converter nossas aquisições e contratações de serviços em uma ferramenta capaz de promover e encorajar o uso de tecnologias, produtos, processos e serviços sustentáveis, contribuindo assim para o desenvolvimento do mercado fornecedor e fortalecendo o legado dos Jogos Rio 2016™.

Etapas do Programa da Cadeia de Suprimentos Sustentável

O Programa é composto por cinco etapas:

- Estabelecimento dos requerimentos: consiste na definição e divulgação dos critérios de avaliação e requisitos mínimos que serão considerados nas análises.
- Desenvolvimento e capacitação de fornecedores e licenciados: consiste na comunicação antecipada e massiva de necessidades até 2016, juntamente com requerimentos. Inclui a realização de workshops e treinamentos para fornecedores e licenciados, notadamente para os setores identificados como críticos.
- Contratações: consiste na inclusão dos requerimentos de sustentabilidade e critérios de avaliação ao longo de todo o processo de contratação de bens e serviços, notadamente nas análises de custo total de aquisição e de ciclo de vida.
- Gestão dos contratos/monitoramento da conformidade dos fornecedores e licenciados: consiste na inclusão dos aspectos de sustentabilidade nos mecanismos de Gestão de Fornecedores, tais como: gestão de cadastros, auditorias, relatórios e aplicação de ações corretivas. Essas atividades serão aplicadas de maneira contínua após a implementação de cada contrato.
- Dissolução/gestão da destinação final dos produtos: consiste no planejamento e controle da destinação final de todos os produtos, embalagens e resíduos, através de planejamento logístico integral.

Nossos Pilares

Os requerimentos contidos neste Guia estão organizados a partir dos pilares Planeta, Pessoas e Prosperidade, para garantir o alcance dos seguintes direcionadores estratégicos:

- **Planeta:** o impacto no meio ambiente dos produtos e serviços contratados, ao longo de todo o ciclo de vida, foi minimizado e gerido adequadamente.
- **Pessoas:** os produtos e serviços contratados são produzidos e comercializados por meio de práticas éticas e responsáveis que conduzem a ganhos sociais para toda a população.
- **Prosperidade:** os processos de aquisição colaboram para o crescimento econômico perene, por meio da elevação do nível de qualidade do mercado fornecedor e da mão de obra local e nacional.

A quais categorias de compra e licenciamento o Guia se aplica?

Os requerimentos gerais do Guia são aplicáveis a todas as categorias de compra, permuta, doação e licenciamento do Rio 2016™.

Serão realizadas análises das categorias críticas para definição de requerimentos e critérios de avaliação específicos. Requerimentos novos ou específicos poderão ser divulgados nas futuras versões deste Guia ou em Guias para Fornecedores que tratem sobre algum aspecto específico ou ainda através dos processos de aquisição, patrocínio e licenciamento.

Atualizações e versões

O Rio 2016™ está comprometido com a melhoria contínua deste Guia, o qual será periodicamente revisto. Versões atualizadas serão publicadas sempre que necessário. Comentários e sugestões de todas as partes interessadas são bem-vindos e podem ser enviados ao e-mail sustentabilidade.suprimentos@rio2016.com.

NOSSOS REQUERIMENTOS

Requerimentos Gerais

Sistemas de Gestão

O Rio 2016™ entende que a adoção por parte dos fornecedores, patrocinadores e licenciados de Sistemas de Gestão ligados à sustentabilidade e certificados por organismos devidamente acreditados facilita a adoção e a manutenção das melhores práticas de negócio no dia a dia da empresa.

O Rio 2016™ encoraja que todos os seus fornecedores especializados no setor de eventos obtenham a certificação ISO 20121 - Sustentabilidade na Gestão de Eventos.

Para os demais fornecedores, inclusive para pequenas e médias empresas, o Rio 2016™ encoraja a apresentação das seguintes certificações:

- ISO 9001, para a Gestão da Qualidade
- ISO 14001, para a Gestão Ambiental
- NBR 16001 ou SA 8000 e/ou a comprovação da adoção das diretrizes da ISO 26000, para a Gestão da Responsabilidade Social
- OHSAS 18001 para a Gestão da Saúde e Segurança do Trabalho

O Rio 2016™ considera a posse das certificações acima citadas um diferencial competitivo e refletirá isso durante o processo de avaliação.

Serão realizadas análises das categorias críticas para definição de quais certificações serão obrigatórias. Requerimentos novos ou específicos e critérios de avaliação para uma categoria serão divulgados seja através das futuras versões deste Guia, seja através dos respectivos processos de aquisição e licenciamento.

O Rio 2016™ divulgará amplamente e antecipadamente sua demanda e seus requerimentos, de modo a garantir a participação do maior número possível de empresas aptas a atender seus critérios de seleção durante os processos de contratações.

Certificados ambientais e sustentáveis

Além dos Sistemas de Gestão, o Rio 2016™ entende que produtos e serviços certificados de acordo com critérios sustentáveis possuem um diferencial a ser considerado durante o processo de contratação.

Dessa forma, o Rio 2016™ encoraja que fornecedores, patrocinadores e licenciados ofereçam produtos que possuam Rotulagem Ambiental Tipo I (selos verdes), de acordo com a ISO 14024 e estabelecidas por órgãos associados à Global Ecolabelling Network (GEN), tais quais: ABNT Qualidade Ambiental (Brasil); China Environmental Label (China); Hong Kong Green Label (China); Green Seal (EUA); Ecolabel (EU); Eco Mark (Japan).

Os fornecedores de produtos e serviços para os quais a ABNT já definiu os critérios das respectivas rotulagens ambientais devem procurar obter tais certificações. A relação de produtos e serviços com critérios de rotulagem ambiental definidos está disponível no site da ABNT Certificadora.

O Rio 2016™ também encoraja a apresentação de outras certificações, como as geridas pela Rainforest Alliance e pela Fairtrade International (FLO), para as categorias pertinentes.

PLANETA

Nossa visão

Fornecedores, patrocinadores e licenciados devem garantir que os produtos e serviços contratados sejam produzidos e comercializados de maneira a minimizar o impacto no meio ambiente.

Emissão de gases de efeito estufa

O Rio 2016™ tem por objetivo minimizar e compensar as emissões de dióxido de carbono e dos demais Gases de Efeito Estufa (GEE). Sob esse ponto de vista, a gestão eficiente das emissões pelos fornecedores nas etapas de produção e distribuição será um importante diferencial competitivo, tanto técnico como comercial, uma vez que os custos de compensação das emissões serão incorporados às análises de custo total de aquisição de produtos e/ou serviços.

Os critérios que deverão ser considerados para a mensuração dos GEE, assim como as categorias de compra para as quais a mensuração será mandatória serão divulgados posteriormente.

Substâncias e materiais nocivos

Os fornecedores devem evitar a utilização ou fornecimento de produtos que exijam em sua fabricação, distribuição ou processo de descarte a utilização de materiais ou substâncias nocivas ao ser humano ou ao meio ambiente.

O Rio 2016™ divulgará oportunamente a relação de materiais e substâncias nocivas de uso restrito ou proibido.

Embalagens

O Rio 2016™ tem entre seus principais objetivos tratar e reciclar os resíduos gerados durante a preparação e operação dos Jogos, com a meta de reduzir os resíduos enviados diretamente a aterro sanitário. Para isso, é fundamental que a utilização de embalagens seja otimizada.

A utilização de embalagens primárias, secundárias e terciárias deve respeitar as diretrizes definidas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que estabelece a seguinte hierarquia de ações na gestão dos materiais e embalagens: evitar, reduzir, reutilizar, reciclar, por último, realizar tratamento dos resíduos sólidos e disposição final adequada dos rejeitos.

A fabricação das embalagens deve buscar atender as diretrizes de Desenho Sustentável (EcoDesign), minimizando a utilização de materiais e seus impactos ambientais nas etapas de distribuição e descarte. É desejável que toda embalagem seja produzida de acordo com a certificação ISO 14062 (Integração de Aspectos Ambientais no Projeto e Desenvolvimento do Produto).

As embalagens devem ser feitas com materiais recicláveis e, sempre que possível, reciclados. É obrigatória a adoção de Rotulagem Ambiental Tipo II (auto declarações), de acordo com a ISO 14021, de forma que esteja sempre claramente indicada qual a melhor maneira de lidar com

a embalagem após sua utilização. A adoção de Rotulagem Ambiental Tipo I (selos verdes) é desejável. Qualquer exceção a essas regras deve ser previamente justificadas pelo fornecedor ou licenciado e aprovada pelo Rio 2016™.

Em linha com o que está estabelecido na PNRS, os fornecedores devem praticar uma gestão integrada de seus resíduos por logística reversa. Dessa forma, sempre que solicitados pelo Rio 2016™, os fornecedores, patrocinadores e licenciados deverão recolher as embalagens para tratamento e reciclagem, arcando com todos os custos envolvidos. Inicialmente, o Rio 2016™ pretende adotar essa prerrogativa apenas para embalagens não conformes às normas estabelecidas ou que requeiram um tratamento não convencional para a reciclagem.

Sempre que solicitados, fornecedores, patrocinadores e licenciados deverão fornecer ao Rio 2016™ toda e qualquer informação necessária relacionada às embalagens primárias, secundárias ou terciárias utilizadas ou fornecidas.

O Rio 2016™ divulgará um guia específico de embalagens para orientar os fornecedores na adoção das diretrizes acima.

Madeira e celulose

Toda madeira utilizada em construções permanentes ou temporárias do Rio 2016™ deve vir de fontes legais e responsáveis. Tanto o Manejo Florestal como a Cadeia de Custódia deverão ser certificados pelo *Forest Stewardship Council* (FSC) ou pelo Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Inmetro/Cerflor) — ou programa certificado pelo esquema PEFC.

Sempre que solicitados, fornecedores de madeira deverão enviar ao Rio 2016™ toda informação necessária para comprovar a legalidade da madeira fornecida, incluindo Autorização de Exploração (AUTEX), notas fiscais, toda a Cadeia de Documentos de Origem Florestal (DOF) emitidos, de forma a comprovar o rastreamento completo da Cadeia de Custódia, do princípio ao fim.

Sempre que possível, produtos de papel devem ser compostos unicamente de fibras recicladas, com o maior percentual possível de aparas pós-consumo — atingindo no mínimo os níveis definidos na norma ABNT NBR 15755:2009. Todo produto com papel não reciclado ou com madeira em sua composição deve possuir certificado FSC ou PEFC/Cerflor.

Para um melhor entendimento sobre os procedimentos para obtenção de certificação FSC ou Cerflor (PEFC) de Manejo Sustentável e Cadeia de Custódia, recomendamos a leitura das instruções e do material de apoio disponibilizados nas páginas do FSC Brasil e do Inmetro.

Otimização do uso de materiais

O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos incentiva a utilização responsável de insumos na fabricação dos produtos vendidos para ou em nome do Rio 2016™. Por esse motivo, fornecedores, patrocinadores e licenciados devem considerar as diretrizes de Desenho Ecológico (EcoDesign) estabelecidas na ISO 14062, assim como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) na concepção e produção de seus produtos.

Fornecedores, patrocinadores e licenciados devem maximizar o uso de materiais reciclados na composição de seus produtos, assim como adotar Rotulagem Ambiental do Tipo II, informando a melhor maneira para lidar com os produtos fornecidos na fase pós-consumo.

Sempre que solicitados, fornecedores, patrocinadores e licenciados deverão fornecer ao Rio 2016™ as informações necessárias relacionadas à composição ou ao processo de fabricação de seus produtos.

Eficiência Energética

Fornecedores, patrocinadores e licenciados devem procurar maximizar a eficiência energética de suas cadeias produtivas, minimizando o impacto ambiental da produção e otimizando os custos relacionados à energia.

Da mesma forma, o Rio 2016™ empenhará esforços para adquirir apenas produtos que possuam alto nível de eficiência energética ou que possibilitem reduções diretas ou indiretas do consumo de energia.

Para produtos que façam parte do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), o Rio 2016™ buscará produtos com classificação "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE - Inmetro/Procel).

Recursos Hídricos e Tratamento de Efluentes

O Rio 2016™ entende que os recursos hídricos, fonte vital para a existência de vida no planeta, devem ter seu uso racionalizado através da adoção de planos de gestão e manejo sustentável por fornecedores de produtos e prestadores de serviços, patrocinadores e licenciados.

Considerando sempre que a água é um recurso natural limitado, de uso comum e dotado de valor econômico, fornecedores, patrocinadores e licenciados devem procurar maximizar a eficiência de utilização da mesma, tanto nos seus processos produtivos como em suas operações administrativas do dia a dia institucional.

Nesse contexto, os efluentes gerados nos processos produtivos, industriais ou não, devem ser corretamente destinados e, sempre que possível, tratados, para serem reutilizados.

PESSOAS

Nossa visão

Fornecedores, patrocinadores e licenciados precisam adotar práticas trabalhistas éticas e responsáveis, dentro de normas mundialmente aceitas, que contribuam para transformações sociais positivas.

Práticas de Trabalho

Fornecedores, patrocinadores e licenciados devem garantir que todas as condições de trabalho de empregados ou subcontratados atuantes nas diferentes instalações utilizadas na fabricação ou fornecimento dos produtos e serviços atendam aos requerimentos mínimos definidos no Código Básico da Iniciativa Ética Comercial (IEC) / *Ethical Trading Initiative (ETI)*, disponível na página da IEC:

- O emprego será escolhido livremente
- A liberdade de associação e o direito às negociações coletivas serão respeitados
- As condições de trabalho serão seguras e higiênicas
- Mão de obra infantil não deverá ser usada
- Serão pagos salários dignos
- As horas de trabalho não serão excessivas
- Não haverá discriminação
- Será proporcionado trabalho formal
- Não será permitido tratamento desumano e degradante

Os requerimentos do IEC não deverão ser usados como fatores limitantes da oferta que fornecedores, patrocinadores e licenciados possam fazer no sentido de atender seus empregados além destes padrões. As empresas que aplicam este Guia têm que cumprir com as leis nacionais e outras normas, e nos casos em que a lei e o Guia básico tratarem do mesmo assunto, deve-se seguir aquele que der maior proteção ao empregado.

Sempre que solicitados pelo Rio 2016™, assim como por algum representante ou auditor, fornecedores, patrocinadores e licenciados devem fornecer todas as informações relacionadas às instalações ou condições de trabalho utilizadas, assim como garantir o acesso às mesmas, de maneira ampla e transparente.

Não discriminação e valorização da diversidade

O Rio 2016™ tem uma equipe formada por pessoas de várias raças, culturas, crenças e origens. É essa mistura que move o Comitê Rio 2016™ no sentido de um objetivo comum e que celebra a diversidade harmônica.

O Manifesto da Diversidade do Rio 2016™ expressa o compromisso dos Jogos com a diversidade e descreve os valores que queremos compartilhar com fornecedores, patrocinadores e licenciados. O Rio 2016™ divulgará em breve o detalhamento dos objetivos do Manifesto, de forma a facilitar a integração dos mesmos aos processos de aquisições e licenciamento.

O Rio 2016™ incentiva a adoção de práticas no sentido de ampliar a participação, em sua Cadeia de Suprimentos, de micro, pequenas e médias empresas dos mais diferentes segmentos e grupos sociais, como forma de assegurar oportunidades de negócios ao maior número possível de integrantes do mercado.

PROSPERIDADE

Nossa visão

Os processos de aquisição e licenciamento do Rio 2016™ estão orientados para contribuir diretamente para o crescimento econômico, com elevação do nível de qualidade do mercado fornecedor e da mão de obra local e nacional.

Desenvolvimento do mercado fornecedor local e nacional

O Rio 2016™ considera a grande importância do legado econômico dos Jogos e se compromete a pautar as contratações de bens e serviços de forma a maximizar os impactos positivos no desenvolvimento de negócios na Cidade e no Estado do Rio de Janeiro, bem como em todo o Brasil.

O Rio 2016™ espera contribuir para o desenvolvimento e capacitação do mercado fornecedor, através de comunicação antecipada e massiva das necessidades futuras e da realização de oficinas, publicação de guias e manuais, e promoção de treinamentos dirigidos. Nossos fornecedores, patrocinadores e licenciados são, por sua vez, parceiros nessas iniciativas e devem estendê-las para suas próprias cadeias produtivas.

Paralelamente às ações de desenvolvimento e capacitação que serão organizadas pelo Rio 2016™, recomendamos que fornecedores e licenciados procurem materiais e programas de capacitação em sustentabilidade e ecoeficiência já existentes e disponibilizados por organismos, federações e associações especializadas.

Redução de custos e aumento da competitividade

O Rio 2016™ entende que a implementação de um programa de sustentabilidade bem estruturado por parte dos fornecedores é capaz de trazer significativa minimização de custos ao longo de suas cadeias produtivas, com a otimização dos processos, que resulta em redução ou reaproveitamento de materiais e insumos. Da mesma forma, produtos e serviços resultantes desses processos agregam mais valor aos clientes, conferindo um diferencial competitivo ao fornecedor.

Os requerimentos estabelecidos neste Guia têm por objetivo auxiliar fornecedores, patrocinadores e licenciados na adoção de melhorias em seus processos, assegurando oferta de produtos e serviços mais competitivos e com maior valor agregado.

Desenvolvimento da mão de obra local

Fornecedores, patrocinadores e licenciados são parceiros do Rio 2016™ na criação de oportunidades de emprego e de programas de treinamento.

Fornecedores, patrocinadores e licenciados são incentivados a alinhar seus processos de recrutamento e treinamento aos requerimentos do Rio 2016™, de forma a garantir o entendimento e a implantação no dia a dia das práticas exigidas pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos.

Criação de oportunidade para micro, pequenas e médias empresas

O Rio 2016™ tem por objetivo fomentar o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas (PMEs), comunicando massivamente suas demandas e requerimentos, assim como trabalhando em conjunto com diferentes organizações na capacitação dos fornecedores.

Fornecedores, patrocinadores e licenciados devem participar deste esforço e procurar criar oportunidades para PMEs em suas cadeias de suprimentos.

Micro, pequenas e médias empresas devem buscar participar ativamente dessa iniciativa, buscando materiais de capacitação como a cartilha "A Produção Mais Limpa na Micro e Pequena Empresa", publicada em conjunto por SEBRAE e CEBDS, assim como os demais materiais dos programas do SEBRAE e dos órgãos do Sistema Indústria, entre outros.

IMPLANTAÇÃO DO GUIA

A adoção dos requerimentos nos processos de contratações

Os requerimentos de sustentabilidade serão considerados em todos os processos de contratação de bens e serviços, de fornecedores, patrocinadores ou licenciados. O Rio 2016™ informará sempre que um requerimento não descrito neste Guia como mandatório for considerado como tal para algum processo específico.

O Rio 2016™ encoraja todos os possíveis fornecedores, patrocinadores e licenciados que ainda não o tenham feito a iniciarem desde já a implantação dos requerimentos aqui descritos em seus processos produtivos e práticas de negócios. Dessa forma, será possível desenvolver processos internos que os tornem cada vez mais eficientes, competitivos e capazes de agregar de maneira significativa à cadeia de valor do Rio 2016™ e ao mercado como um todo, assim como para estarem aptos a participar dos processos de contratação quando for o momento.

Dúvidas sobre os processos de contratações podem ser esclarecidas através do Manual de Fornecedores Rio 2016™ ou nas regras estabelecidas nos documentos dos diferentes processos de contratação.

Certificações e evidências do atendimento aos requerimentos serão exigidas e monitoradas em diferentes momentos.

Classificação e acompanhamento

O Rio 2016™ analisará o atendimento dos fornecedores, patrocinadores e licenciados aos requerimentos de sustentabilidade para realizar dois tipos de classificação:

- Seleção de novos fornecedores, patrocinadores ou licenciados: os critérios de sustentabilidade serão considerados como uma das dimensões do processo decisório, dando suporte à apuração dos custos, impactos e benefícios totais de cada contratação. Ao final da análise, as empresas serão classificadas em uma escala de sustentabilidade.
- Acompanhamento do desempenho e evolução: Fornecedores, patrocinadores e licenciados contratados deverão se comprometer com um Plano de Desenvolvimento com metas objetivas para evolução constante na escala de sustentabilidade do Rio 2016™.

Ferramentas e sistemas

O atendimento aos requerimentos aqui estabelecidos será inicialmente avaliado ou por análise de resposta à Solicitação de Informação enviada para um novo processo de contratação ou por meio de análise dos dados dos fornecedores registrados no Pré-Cadastro ou no Cadastro do Portal de Fornecedores Rio 2016™.

Fornecedores, patrocinadores e licenciados selecionados deverão completar e assinar Declaração de Conduta Sustentável, que estabelecerá os parâmetros mínimos para o fornecimento ou prestação do serviço, considerando este Guia e qualquer especificação definida no processo de contratação. Essa Declaração e o Plano de Desenvolvimento mencionado mais acima constituirão a base para a gestão da conformidade das empresas.

Indicadores, parâmetros e certificações serão geridos através do Cadastro do Portal de Fornecedores Rio 2016™ e periodicamente atualizados.

Outras ferramentas estão sendo avaliadas e poderão integrar o processo de Gestão de Fornecedores.

Monitoramento da conformidade e auditorias

O Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos monitorará continuamente a conformidade das informações contidas no Cadastro de Fornecedores do Rio 2016™, assim como dos produtos e dos serviços entregues.

Sempre que solicitados, fornecedores, patrocinadores e licenciados devem fornecer qualquer outra informação demandada pelo Rio 2016™ para a análise dos aspectos ambientais, sociais, éticos e econômicos relativos às localidades, processo e práticas trabalhistas, de gestão ou operação, ou ainda sobre os materiais e os insumos utilizados para a produção e distribuição dos produtos ou serviços.

Sempre que o Rio 2016™ entender como necessária uma verificação *in loco* para avaliar a conformidade de alguma fábrica ou processo, será solicitada a contratação de um auditor externo para realização da auditoria e da conferência das ações corretivas, sendo todos os custos implicados nesse processo assumidos por fornecedor ou licenciado, sem acarretar impacto nos direitos contratuais do Rio 2016™. Nesses casos, os auditores deverão ser previamente aprovados pelo Rio 2016™.

Para minimizar os custos para os fornecedores, patrocinadores e licenciados, o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos sempre avaliará a possibilidade de aceitar um relatório de auditoria já realizado através de metodologia aprovada pelo Rio 2016™, sendo a aceitação ou não da adoção desse relatório uma decisão exclusiva do Rio 2016™.

O Rio 2016™ poderá ainda realizar inspeções nas instalações dos fornecedores ou licenciados, diretamente ou através de seus representantes e auditores, sem aviso prévio, durante qualquer horário em que a localidade esteja operacional.

Em caso de haver não conformidades, o Rio 2016™ acompanhará a elaboração e execução do plano de ações corretivas, até que as pendências sejam eliminadas.

Comunicação dos compromissos assumidos

Enquanto durar o fornecimento de produtos e/ou serviços ao Rio 2016™, fornecedores e licenciados deverão manter afixado em cada um dos estabelecimentos envolvidos com as entregas ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, em local de fácil acesso para leitura por parte de todos os trabalhadores, uma Carta de Compromissos de Fornecedores e Licenciados com o Rio 2016™, na qual constarão um resumo macro deste Guia, além de um resumo do Código Básico da Iniciativa Ética Comercial (IEC) e os contatos do Rio 2016™ para reclamações ou denúncias.

Deverão ser afixadas no mínimo duas vias da Carta de Compromissos — uma delas no idioma oficial do país e a segunda em inglês. Caso entenda ser necessário, o Rio 2016™ poderá solicitar que essa comunicação seja disponibilizada em outros idiomas.

Subcontratações e alterações de fábricas

Subcontratações ou alterações das fábricas e depósitos utilizados para produtos e/ou serviços contratados pelo Rio 2016™ só poderão ocorrer caso estejam previstas no contrato firmado entre o fornecedor ou licenciado e o Rio 2016™ ou claramente autorizadas pelo Rio 2016™ em acordo posterior. Nesses casos, todas as previsões, requerimentos e obrigações contidos neste Guia serão estendidos aos subcontratados e às fábricas responsáveis pela produção dos produtos e serviços contratados.

Para obter mais informações ou esclarecer eventuais dúvidas, favor entrar em contato pelo e-mail: sustentabilidade@rio2016.com

Este documento foi elaborado por:

Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 (Comitê Rio 2016)

– Gerência Geral de Sustentabilidade, Acessibilidade e Legado

Autoridade Pública Olímpica (APO)

– Diretoria de Infraestrutura Esportiva e de Apoio ao Evento e Meio Ambiente

Escritório de Gerenciamento de Projetos do Governo do Rio de Janeiro (EGP)

Empresa Olímpica Municipal (EOM)

– Departamento de Sustentabilidade e Acessibilidade

Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™

Publicado pelo Departamento de Comunicação em abril de 2013. | Para mais informações, favor entrar em contato: comunicacao@rio2016.com



PATROCINADORES OLÍMPICOS MUNDIAIS
WORLDWIDE OLYMPIC PARTNERS



PATROCINADORES OFICIAIS
OFFICIAL SPONSORS



APOIADOR OFICIAL
OFFICIAL SUPPORTER



FORNECEDOR OFICIAL
OFFICIAL SUPPLIER

Nike

PARCEIROS GOVERNAMENTAIS
GOVERNMENTAL PARTNERS





PATROCINADORES OFICIAIS
OFFICIAL SPONSORS



PARCEIROS GOVERNAMENTAIS
GOVERNMENTAL PARTNERS



04.2013

A reprodução, sob qualquer forma, deste documento é terminantemente proibida, salvo mediante a prévia e expressa (por escrito) autorização do Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™. Eventuais autorizações para reprodução deverão ser solicitadas, por via eletrônica, para o endereço protecaoasmarcas@rio2016.com